

BOB FERNANDES DISPARA:

*Os partidos da acusação estão atolados no roubo do dinheiro das ambulâncias
As mídias funcionam regionalmente atreladas a governos estaduais e prefeituras*



ZERO

Curso de Jornalismo da UFSC - Florianópolis, Agosto de 2006 - Ano XXI - Número 6



Fotos: Lúcia Queiroz - Zero

FLORIPA

sai do armário

SAIBA COMO NA CENTRAL

Divergências marcam encontro

Único evento no país sobre jornais-laboratório debate uso de anúncios nas publicações

O 3º Encontro de Jornais-Laboratório dos Cursos de Jornalismo de Santa Catarina – único do gênero do Brasil, realizado em 6 de junho no Bom Jesus/Ielusc, em Joinville, foi marcado pela falta de consenso. As três mesas-redonda geraram muitas divergências sobre a forma do fazer jornalismo no meio acadêmico. Entre os temas mais polêmicos estavam a comercialização de anúncios, a obrigatoriedade da atividade como disciplina curricular, a necessidade de um público-leitor e a utilização da internet como ferramenta de produção. Participaram do evento representantes da UFSC, Faculdade Estácio de Sá (São José), Univali (Itajaí), Unisul (unidades Pedra Branca e Tubarão) e Unidavi (Rio do Sul), além do próprio Bom Jesus/Ielusc.

Proposta para o funcionamento de um jornal-laboratório foi o tema que abriu os debates deste ano. A professora Raquel Wandelli do *Fato & Versão* (Unisul-Palhoça) defendeu a independência dos jornais-laboratório frente à presença cada vez maior de publicidade: “A partir do momento que a publicação de um jornal se vale de anúncios, você fatalmente vai estar criando censuras, condicionamentos e restrições, afetando a liberdade de criação do aluno”, analisou. Raquel também detalhou o projeto desenvolvido pelo jornal, que valoriza a vivência dos acadêmicos na elaboração das pautas: “O trabalho vai ao encontro da comunidade, usando o jornalismo para investigar uma realidade que está distante do aluno. Além da experimentação, isso propicia novas linguagens, formas de abordagens e formatos na elaboração dos textos e fotografias”.

O supervisor do *Zero* (UFSC), professor Ricardo Barreto, defendeu a importância do jornal-laboratório para a formação do jornalista. Afirmou que todo o acadêmico deve passar necessariamente pelo exercício do jornalismo impresso, que garantirá as ferramentas para exercer a profissão em qualquer outro veículo de comunicação. “Não existe um repórter de televisão que teve sucesso no impresso, o caminho é sempre o inverso. Portanto, quem escolhe rádio ou TV para começar a trabalhar corre o risco de virar refém do seu próprio meio”, advertiu. Barreto é a favor da obrigatoriedade do JL como disciplina curricular e vai além: “Eu defendo a proposta de que a produção do *Zero* ocupe oito créditos. Ou seja, o acadêmico teria de ficar dois turnos totalmente dedicado ao jornal”.

O segundo debate do encontro foi o que apresentou maiores divergências. Com o tema *Dilemas e lições sobre o jornal-laboratório idealizado e o que acaba sendo produzido*, Paulo Scarduelli, coordenador do Curso de Jornalismo da Estácio de Sá, falou da experiência do mais novo jornal-laboratório do estado, o *Contato*. Em sua segunda edição, o periódico inovou não apenas na forma de distribuição, já que veio encartado no *AN Capital* (suplemento local do diário *A Notícia*, voltado exclusivamente para a região da Grande Florianópolis). Chamou

a atenção ainda pela presença de anúncios comerciais em suas páginas.

Enquanto Scarduelli defendia a formação dos jornalistas voltada ao mercado – usou expressões do tipo “produto”, referindo-se ao impresso acadêmico, e “clientes” numa alusão aos leitores –, do outro lado da mesa Raquel Wandelli rebatia: “O aluno não pode ser condicionado ao mercado de trabalho. A importância do laboratório é prepará-los para atuar nesses veículos com um postura crítica e responsável”. Alguns acadêmicos presentes também questionaram a política editorial adotada pelo *Contato* de trabalhar com publicidade.

Roseméri Laurindo, professora responsável pelo *Único* (Unidavi), fechou a última mesa cujo tema foi *Além de uma exigência do MEC, o JL é de fato um espaço de experimentação e de formação dos futuros jornalistas?* Para responder à pergunta, a coordenadora relatou a experiência do jornal-laboratório do Curso de Jornalismo de Rio do Sul. A proposta do periódico é discutir o JL fora do campus. Atualmente, participam do projeto alunos da quarta série do ensino fundamental de uma escola pública do município.

Também participaram do encontro os maiores envolvidos na produção do jornal-laboratório: os alunos. Ricardo Petry, estudante do quinto período da Faculdade Estácio de Sá defende que o JL seja encarado com seriedade: “É uma responsabilidade muito grande porque não é uma produção individual. Várias pessoas vão ler o que você escreve”. Já a acadêmica Schirlei Alves, representando o *Cobaia* (Univali-Itajaí), analisou a importância do impresso para a profissionalização do jornalista: “Ver a nossa matéria publicada é muito importante. Aprendemos na prática para chegar na redação já com uma experiência”.

Pouco menos de 100 pessoas participaram do 3º Encontro de Jornais-laboratório. A Unisul (Palhoça) e a Unidavi foram as instituições com maior número de representantes. Para Imara Stallbaum, organizadora do evento e responsável pelo *Primeira Pauta*, jornal-laboratório do Bom Jesus/Ielusc, o evento atingiu o objetivo proposto: “O encontro foi muito importante para compartilhar os problemas, discutir possíveis soluções e conhecer iniciativas que estão dando certo”. Ao contrário do que aconteceu nas outras duas edições do encontro, este ano não foi publicada uma carta sobre o debate. “A idéia é criar um fórum na internet para que a discussão do fazer jornal-laboratório não se feche, mas perdure no decorrer do ano”, informa Imara. O evento realizado em Joinville marcou o fim da abordagem estadual. Para 2007, o 4º Encontro, que será realizado na Unisul de Tubarão, discutirá a produção na região sul do país e, em 2008, o debate será nacionalizado.

Erivelto Amaranth

Estudante de Jornalismo do Bom Jesus / Ielusc

CARTAS INESQUECÍVEIS



Queremos mais

Olá, professor Barreto, tudo bem? Sou Suzana Tatagiba, presidente do Sindicato dos Jornalistas do Espírito Santo. Li e gostei muito da matéria publicada no *Zero*, nº 3, edição de 24 de fevereiro, sobre o estranho grampo na Imprensa. A matéria retrata muito bem o clima de ilegalidade, sob forma de combate ao crime, que rege a sociedade capixaba e ameaça a liberdade de imprensa em nosso estado. A executiva do sindicato, que também leu o material, achou que seria muito bom se essa matéria pudesse ser repassada à nossa categoria, por isso, gostaria de saber se vocês poderiam disponibilizar mais números dessa edição para serem distribuídos aos jornalistas capixabas durante o congresso estadual da categoria, previsto para realização nos dias 09, 10 e 11 de junho. No aguardo de uma resposta, desde já agradecemos. Saudações sindicais,

Suzana Tatagiba

Presidente do Sindicato dos Jornalistas do ES

Moniz gostou

Prezado André, a matéria está bem feita. Parabéns. O juiz já expediu o mandato de citação, mas o oficial de justiça ainda não fez entrega à Primeira Leitura. Cordialmente,

Moniz Bandeira, professor e escritor



Não também

Parabéns pelo trabalho, Barreto. A edição ficou excelente. Todos que eu vi em Ouro Preto [onde ocorreu o 32º Congresso Nacional dos Jornalistas] elogiaram muito! Agora vou ler o conteúdo com mais calma. Mas já cumprimente seus alunos por cumprirem com louvor esta “missão quase impossível”. Assim, eles mostram que estão prontos pra enfrentar a tensão dos fechamentos em qualquer redação do País. Peguei em Ouro Preto uns 20 exemplares. Mas seria bom mandar outros 50.

James Görden, coordenador do Epcom

Tributo fiel

Mensagem recebida pelo professor Francisco Karam, repassada à redação: Karam, por favor, agradeça por mim aos autores das matérias sobre o Daniel, pois ficaram muito boas. Eles conseguiram falar de episódios alegres e marcantes, assim como destacar o papel social e político do Daniel de forma muito bonita. Diga a eles que nos emocionamos muito, pois eles conseguiram sintetizar em palavras a vida de uma pessoa muito especial pra nós e muito importante para a comunicação nesse país.”

Célia Stadnik, viúva de Daniel Herz

Nome	Instituição	Criado em	Nº pág.	Tiragem	Periodicidade/semestre
<i>Zero</i>	UFSC (Fpolis)	1982	16	5 mil	3 a 4
<i>Cobaia</i>	Univali/Itajaí	1994	12 a 20	2 mil	4
<i>Extra</i>	Unisul/Tubarão	1995	8 a 12	1 mil	2 a 3
<i>Fato & Versão</i>	Unisul/Palhoça	1998	24 a 32	2 mil	Bimestral
<i>Primeira Pauta</i>	B. Jesus/Ielusc	2000	12 a 16	2 mil	3 a 4
<i>Único</i>	Unidavi	2004	16	1,5 a 5 mil	2
<i>Contato</i>	Estácio de Sá	2005	24	3 mil	1

ZERO

ANO XXI – Nº 6 – AGOSTO/2006 – Jornal-laboratório do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina **Apoio:** LabFoto, LabInfografia, LabRádio **Arte:** André Vendrami **Colaboração:** Cidasc, Erivelto Amaranth, Felipe Mendes, Professores Imara Stalbaum, Maurício dos Reis, ZéDassilva, Wendel Martins **Direção de Arte e Redação:** Professor Ricardo Barreto **Edição:** Luna D’Alama, Lucas Amorim, Rodrigo Schmitt (Sênior) Diogo d’Avila, João Werner Grandó, Luciana Ribeiro, Máira Flores, Roberto Saraiva **Editoração eletrônica e tratamento de imagens:** André Vendrami, Rodrigo Schmitt **Fotografia:** Daniela Cucolicchio, Professor Maurício dos Reis **Laboratório fotográfico:** Daniela Cucolicchio, Thiago Neris **Serviços editoriais:** *A Notícia*, Cosmo on-line, Gazeta esportiva on-line, G on-line, jornal *Abalo*, *O Globo*, Observatório de Imprensa, Portal Gay de Minas, Portal Ig, Revista Lado A, Veja on-line, www.abcnews.com, www.ambienteja.info, www.arts.guardian.co.uk, www.editorandpublisher.com, www.memorial.sp.gov.br, www.news.independent.co.uk, www.nytimes.com, www.panvision.com.br, www.pieceuniquegallery.com, www.uol.com.br, wikimedia commons **Textos:** Diogo d’Avila, João Werner Grandó, Lucas Amorim, Luciana Ribeiro, Luna D’Alama, Máira Flores, Roberto Saraiva **Impressão:** Diário Catarinense **Redação:** Curso de Jornalismo (UFSC-CCE-JOR), Trindade, CEP 88040-900, Florianópolis, SC, Brasil **Telefones:** 55(48) 3331-6599, 3331-9490, 9991-9215 **Fax:** 55(48) 3331-9490 **Site:** www.zero.ufsc.br **Circulação:** Nacional, gratuita e dirigida **Tiragem:** 5.000 exemplares **Fechamento:** 8/8/2006.



Melhor Peça Gráfica
I, II, III, IV, V e XI Set Universitário - PUC-RS
88, 89, 90, 91, 92 e 98



3º Melhor
Jornal-laboratório do Brasil
Expocom 94



Melhor Jornal-laboratório
1 Prêmio Foca
Sind. dos Jornalistas de SC - 2000

Oportunismo domina coligações

Candidatos esquecem promessas e ideologias apostando na falta de memória do eleitor

A julgar pelos números, o eleitor pode até pensar que, finalmente, terá uma eleição para o executivo estadual com amplas possibilidades de escolha. Afinal de contas, oito candidatos disputam o cargo de governador, algo inédito na história democrática do Estado. Um olhar mais aprofundado, no entanto, revela que o pleito de 2006 tem exatamente os mesmos ingredientes do de 2002, com algumas pitadas de incoerência.

Os principais candidatos são os mesmos de quatro anos atrás: Esperidião Amin (PP), José Fritsch (PT) e Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que foi eleito. Os partidos protagonistas também não mudaram. As coligações e as possíveis alianças para o segundo turno, por outro lado, revelam o tom pragmático de que se vestem partidos e candidatos que colocam a vitória nas urnas acima de promessas e de bandeiras ideológicas.

Dessa vez, o candidato da situação é o peemedebista Luiz Henrique, enquanto Esperidião Amin, em sua quarta corrida ao governo, concorre pela primeira vez em uma chapa de oposição. O PFL, aliado do PP nas duas últimas eleições, desta vez aliou-se com o PMDB. Até partidos menores, como o PV, mudaram radicalmente de postura. Aliados do socialista Sérgio Grandó em 2002, os "verdes" dessa vez uniram forças a Amin, abandonado por seu fiel aliado Jorge Bornhausen.

Em meio a essa dança das cadeiras, algumas incoerências chamam a atenção. Durante a campanha de 2002, Luiz Henrique afirmava que queria ser governador para derrotar as oligarquias da política catarinense. Considerou oligárquica, por exemplo, a candidatura do pefelista Paulinho Bornhausen ao Senado, uma vez que seu pai, Jorge, já era senador. Agora, está aliado ao mesmo Jorge Bornhausen que criticou com tanta veemência quatro anos atrás.

O posicionamento ambíguo de Luiz Henrique foi questionado, logo nas primeiras semanas da corrida eleitoral, por partidos de oposição ao governo. Ângela Albino, candidata à Assembleia Legislativa pelo PCdoB, chegou a afirmar, em uma sessão da Câmara de Vereadores de Florianópolis, que, ao aliar-se ao PFL, Luiz Henrique "esquece os compromissos que assumiu".

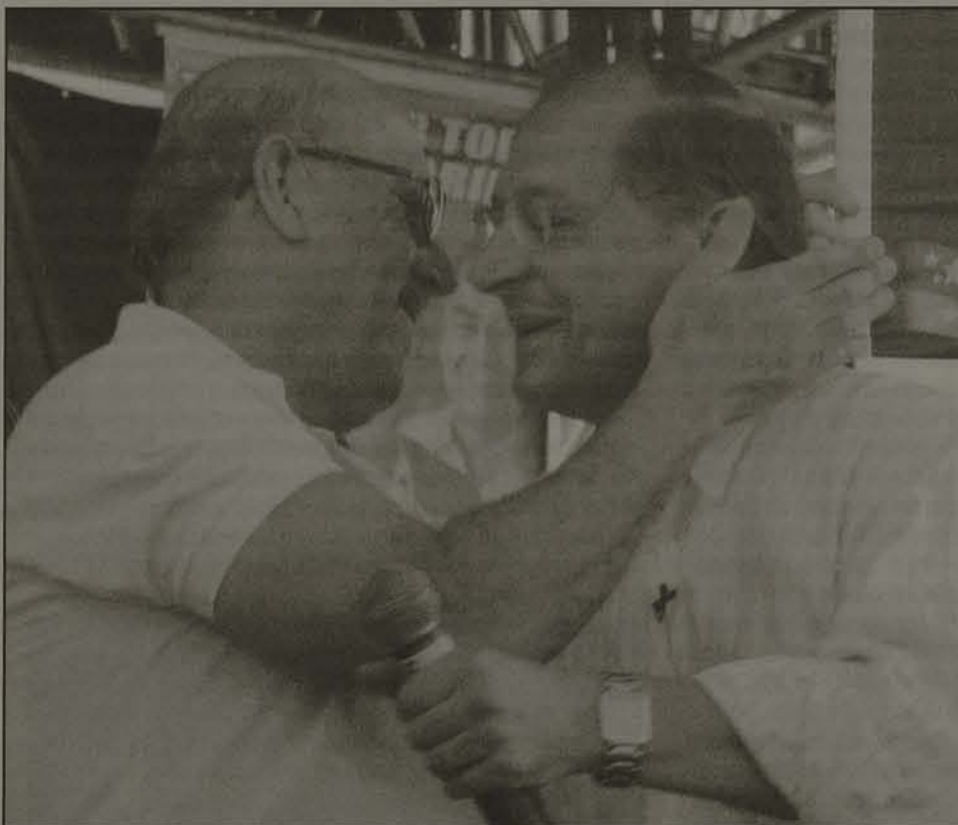
Em resposta às acusações, o candidato do PMDB afirmou não se arrepender do tom crítico que usou em 2002. "Quem é Raimundo Colombo? É filho de lavrador no Rio Grande do Sul. Onde tem oligarquia nisso? O Bornhausen não é candidato. O candidato é Colombo", disse, referindo-se ao pefelista Raimundo Colombo, candidato ao Senado pela coligação "Todos por toda Santa Catarina", que, além do PMDB e do PFL, integra ainda o PSDB.

Fica por conta do posicionamento do próprio Colombo outra das incoerências da aliança entre PMDB e PFL. Nos primeiros meses de 2006, quando ainda alimentava o sonho de eleger-se como próximo governador, o então prefeito de Lages fez pesadas críticas ao principal projeto político de Luiz Henrique, a descentralização. Em inúmeras aparições em horários eleitorais de rádio e televisão, acusou o governador afastado de promover um cabide de empregos através das secretarias regionais de desenvolvimento. Agora, garante que vai percorrer o estado buscando votos para Luiz Henrique até o último dia de campanha.

De acordo com Yan Carreirão, professor do Departamento de Sociologia e Ciências Políticas da UFSC, tanto o posicionamento de Luiz Henrique em relação às oligarquias, quanto o de Colombo em relação à descentralização, podem ser fatores de desgaste para a coligação durante as eleições. "O Raimundo Colombo, principalmente, terá que se explicar muito, porque, na verdade, foi ele quem mudou de postura", prevê o professor.

Apesar das possíveis turbulências que pode enfrentar em virtude dessas duas incoerências, para Carreirão, a coligação PSDB-PMDB-PFL dificilmente será punida nas urnas por ser "ideologicamente inconsistente". "O eleitor, em geral, não deixa de votar em coligações por questões ideológicas. Coligações inconsistentes, historicamente, têm maiores taxas de sucesso que candidaturas isoladas", explica.

Essa é justamente a aposta de Adélcio Machado, presidente da coligação "Todos por toda Santa Catarina". Lembra



Promiscuidade domina baile da política. Luiz Henrique, ex de Lula, agora é todo Alckmin e PSDB

que em candidaturas estaduais não são discutidas questões ideológicas, mas sim pragmáticas e operacionais. "Discussões ideológicas se dão no Congresso Nacional", argumenta. A coligação com o PFL, explica Machado, tem objetivo prático: viabilizar a governabilidade. "A história está repleta de chefes do executivo que enfrentaram grandes dificuldades por não terem maioria no parlamento, desde Getúlio Vargas até Lula", relembra.

Correndo por fora na disputa governamental, os dois principais adversários de Luiz Henrique, desde já, exploram as fragilidades do peemedebista para chegarem ao segundo turno. Celestino Secco, coordenador da candidatura do PP, promete uma campanha sem muitos confrontos com o ex-go-

vernador, mas alfineta: "Nosso conceito sempre foi o de descentralização de serviços, e não de cargos".

O candidato petista José Fritsch, por sua vez, aposta todas as fichas em sua relação com o presidente Lula. Horst Doering, coordenador da campanha, ressalta que Luiz Henrique, nas eleições passadas, aproveitou a popularidade de Lula para se eleger e agora faz palanque para Alckmin. "Os indicadores econômicos e financeiros mostram que Santa Catarina está na contramão do desenvolvimento nacional", diz Doering, antecipando o tom da campanha.

A princípio livres das críticas feitas às incoerências da coligação PMDB-PFL-PSDB, os candidatos de oposição podem ser

responsáveis por dar mais um nó na cabeça do eleitor. Com as pesquisas confirmando o propalado favoritismo de Luiz Henrique, PP e PT não escondem o desejo de unirem forças num possível segundo turno, situação impensável há quatro anos.

Perguntados sobre a possibilidade de aliança no segundo turno, os coordenadores de campanha dos dois partidos deram respostas praticamente idênticas. Doering garante que "Vamos procurar o apoio de todos que não chegarem ao segundo turno, quando a eleição será plebiscitária". Secco, pragmático, confessa que "no segundo turno, será uma eleição plebiscitária, vamos buscar tantos apoios quantos forem necessários".

Oligarquia engole sapos para sobreviver

Bornhausen se alia com LHS para não perder outra eleição

Oligarquia, de acordo com o dicionário Aurélio, é palavra de origem grega, usada para designar o governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família. Tendo por base a história política de Santa Catarina, pode-se dizer que essa definição foi feita sob encomenda para o estado. Uma tradição tão antiga quanto marcante, e que continua a decidir eleições e alianças.

Tudo começou por volta de 1910, quando Vidal Ramos tomou posse como governador. Dessa data até o final da década de 1970, quando Jorge Konder Bornhausen foi eleito chefe do executivo por voto indireto, Santa Catarina foi quintal de duas poderosas famílias que se revezavam no poder. Os Ramos, com grande força política no litoral, elegeram cinco governadores; os Konder Bornhausen, fortes no interior, elegeram quatro. A presença dessas famílias era tão marcante que nem mesmo o PTB de Getúlio Vargas conseguiu eleger candidatos no estado. Até os anos 1970, pelo menos 90% dos eleitores catarinenses votavam em partidos conservadores.

A partir daí, tem início um sistema político mais competitivo, com presença marcante do PMDB. Nos últimos anos, enquanto os Ramos praticamente desapareceram da cena política estadual, os Bornhausen continuaram a dar as cartas do jogo, aliados a um novo personagem, Esperidião Amin. "Até hoje, o PFL e o PP ainda são internamente oligárquicos, dominados por Bornhausen e Amin", ressalta Yan Carreirão, professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da UFSC.

Reinaldo Lohn, professor de História de Santa Catarina na Udesc (Universidade do Estado de SC), explica que essa cul-

tura política estadual é marcada por redes de reciprocidade, que se alimentam da troca de favores e da ocupação do estado e que, além de políticos, englobam ainda grupos empresariais de sucesso. "Essa rede já foi mais formal, mas a tradição oligárquica do estado continua presente inclusive na postura das pessoas diante das eleições. Luiz Henrique foi competente em perceber essa cultura. Em Santa Catarina, é isso que acaba decidindo as eleições", afirma.

Esse sistema político, completa Lohn, liderado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL), não pode admitir riscos de derrota. Por esse motivo, o PFL estadual pôs fim a uma longa aliança com o PP de Esperidião Amin. "O Amin cometeu o pecado de perder as eleições de 2002. Aquele resultado, somado à derrota de Paulinho Bornhausen para o Senado, serviu como um alerta. Como as chances de o Amin perder mais uma eleição eram reais, o PFL preferiu apoiar o Luiz Henrique", afirma o professor.

O candidato do PMDB, por sua vez, foi competente ao perceber que esse sistema político precisava dele para sobreviver. Ao invés de bater de frente com as oligarquias, como prometeu em sua campanha de 2002, formou uma rede de apoiadores como o partido nunca teve no estado. "Luiz Henrique sabe como funciona o jogo político de Santa Catarina e está no controle. Em toda sua carreira, ele sempre foi bem anfíbio: foi ministro do Sarney, apoiou Lula e Fernando Henrique, mas nunca ficou marcado. E isso é ótimo pra ele", finaliza Lohn.

Lucas Amorim

Você também vai absolvê-los???

Saiba o que os "mensaleiros" candidatos à reeleição aprontaram antes de pedir seu voto

Após um ano de propaganda negativa quase diária em TVs, jornais, revistas e rádios, os deputados envolvidos na crise do "mensalão" não se intimidam. De 19 supostos mensaleiros, 12 estão de volta ao páreo eleitoral de 2006. Do total que será novamente candidato, nove foram absolvidos e três renunciaram para evitar a cassação e concorrer na eleição. O esquema de distribuição de recursos operado por Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, com dinheiro das contas do publicitário Marcos Valério foi alvo de investigação de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) por dez meses. A CPI dos Correios, que foi instaurada em maio, antes mesmo do ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) jogar suas denúncias no ventilador, no início de junho. O relatório final apresentado pela comissão, em abril deste ano, conclui que o "mensalão" existiu. A CPI do "Mensalão", que teve duração menor, apenas 120 dias, de julho a novembro, também insistiu na tese de distribuição da mesada a parlamentares. Apesar disso, apenas um deputado, José Dirceu (PT-SP), foi cassado sob essa acusação. No placar do plenário da Câmara, registrou-se, além de Dirceu, dois cassados, 11 inocentes e quatro que renunciaram. Embora as denúncias de Jefferson já tenham feito aniversário, ainda resta um deputado a ser julgado, José Janene (PP-PR), acusado de receber R\$ 4,1 milhões das contas de Valério. Em julho, o deputado conseguiu enrolar por mais dois meses seu processo de cassação, que, talvez, seja votado em setembro. Culpado ou não, Janene não será candidato em 2006. "Fiz uma opção entre a vida pública e a vida", afirmou, referindo-se a um problema de saúde. O deputado nega que o envolvimento no escândalo o tenha feito deixar a política.

Votação na última eleição - colocação no estado: 108.533 (50°); **Mandatos:** deputado federal (1991-95, 95-99, 99-2003); **Filiações partidárias:** PFL (1988-90), PRN (90-92), PP (desde 93); **Placar na absolvição:** 243 contra cassação, 161 favoráveis, 4 brancos, 1 nulo, 16 abstenções.

Empresário e pecuarista, o deputado **Etivaldo Vadão Gomes (PP-SP)** aparece como beneficiário de R\$ 3,7 milhões na lista apresentada por Simone Vasconcelos, gerente da empresa SMPB de Marcos Valério, à Polícia Federal no início de agosto do ano passado. Em depoimento à CPI dos Correios, Valério e Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, apontaram o envolvimento do deputado no recebimento de recursos de caixa dois. O publicitário, porém, caiu em contradição ao afirmar primeiramente que depositara o dinheiro na conta de Vadão e depois dizer que havia repassado os recursos pessoalmente. Em sua defesa, o deputado negou ter recebido qualquer quantia de Valério. Ele autorizou a quebra do seu sigilo bancário e apresentou extratos da empresa de sua propriedade. Não havia evidências de transferências de recursos das contas do publicitário.

No Conselho de Ética, Moroni Torgan (PFL-CE), relator do processo, pediu a cassação de Vadão. O parecer foi rejeitado por 8 votos a 5, e outro deputado, Eduardo Valverde (PT-TO) foi designado para produzir o relatório pedindo a absolvição de Vadão, aprovado por 9 contra 1. Valverde disse que não encontrou provas de que o deputado tenha sido beneficiado pelo esquema do "mensalão". No plenário da Câmara, no final de maio, o deputado também foi considerado inocente. Diante da 11ª absolvição no plenário, Ricardo Izar (PTB-SP), presidente do Conselho de Ética afirmou: "Espero que [os mensaleiros] sejam punidos pela população nas eleições".

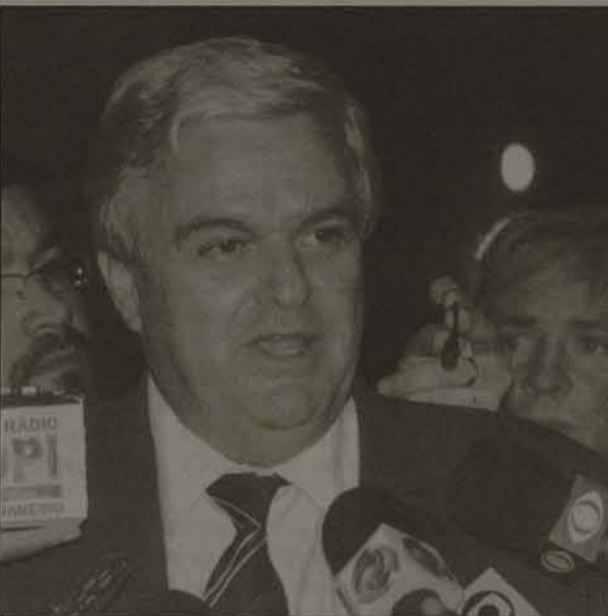
Votação na última eleição - colocação no estado: 99.976 votos (24°); **Mandatos:** Prefeito em Ipatinga-MG (1993-96), deputado federal (99-2003); **Filiações partidárias:** PT (desde 1981); **Placar na absolvição:** 207 contra cassação, 201 favoráveis, 5 brancos, 3 nulos, 10 abstenções.

O nome do deputado **João Magno (PT-MG)** apareceu na agenda de Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, e na lista de 31 sacadores e beneficiários autorizados pelo PT a retirar dinheiro das contas do publicitário. Magno e seus assessores sacaram R\$ 350 mil. O deputado alegou que consta na agenda de Somaggio porque ajudara

Valério a fazer contato com os colegas João Paulo Cunha e José Mentor-ambos do PT-SP. Sobre o dinheiro sacado, testemunhou que R\$ 250 mil foram usados em sua campanha para prefeito de Ipatinga-MG, em 2004, e os outros R\$ 100 mil se referem a uma campanha anterior. Em reunião da executiva do PT, no calor da crise, Magno defendeu-se afirmando que a prática do caixa dois é "uma regra do jogo nas campanhas eleitorais do país".

Em sua defesa no Conselho de Ética, Magno disse que os recursos não foram declarados porque o PT não tinha informado a origem do dinheiro. O relator do processo desqualificou a defesa argumentando que cabia ao deputado saber a origem do recurso e que nada justificava o fato de não declarar a verba à Justiça Eleitoral. O parecer pela cassação foi aprovado no Conselho de Ética, mas o deputado foi absolvido no plenário da Câmara, no final de março deste ano. A sessão foi desfalcada por 86 deputados - 19 da oposição.

A votação do processo de Magno foi uma das mais comentadas, graças ao show da deputada Ângela Guadagnin (PT-SP)



Na ficha de José Mentor, caixa dois e conluio com os doleiros

com sua "dança da pizza". A dança foi a forma usada para comemorar a absolvição do colega. "Me deixei levar por um momento de alegria", alegou a deputada, que também é candidata à Câmara em 2006.

Votação na última eleição - colocação no estado: 196.945 (13°); **Mandatos:** Deputado estadual (1991-94), deputado federal (95-99, 99-2003); **Filiações partidárias:** PT (desde 1981); **Placar na absolvição:** 256 contra cassação, 209 favoráveis, 7 brancos, 2 nulos, 9 abstenções.

A situação do deputado **João Paulo Cunha (PT-SP)**, ex-metalúrgico, foi considerada por lideranças de seu partido como a mais complicada dos cinco parlamentares da legenda sacadores das contas de Marcos Valério. João Paulo foi beneficiário de R\$ 50 mil, sacados por sua esposa no Banco Rural. Além disso, em sua gestão na presidência da Câmara dos Deputados (2003-2004), a SMPB, agência de Valério, foi contratada para fazer a publicidade da Casa. As agências do publicitário já haviam feito a campanha do deputado à presidência da Câmara.

No Conselho de Ética, o deputado alegou que não sabia a origem dos R\$ 50 mil recebidos e que seu destino era o pagamento de pesquisas eleitorais na região de Osasco-SP, seu reduto eleitoral. O que ele não soube explicar foi por que as notas fiscais que justificam o gasto do dinheiro são sequenciais, preenchidas com a mesma caneta e a mesma letra, mas têm datas diferentes, com espaço de mais de 3 meses entre a data da primeira e a data da terceira.

O deputado também afirmou que não interferiu na contratação da SMPB como agência de publicidade da Câmara dos Deputados. No entanto, caiu em contradição ao afirmar que não conhecia nenhum integrante da comissão de licitação da Câmara, já que mais tarde confirmou conhecer Márcio Araújo, diretor da Secretaria de Comunicação da Casa. De acordo

com apuração do TCU (Tribunal de Contas da União), Araújo foi o responsável por obter o contrato para a SMPB, que havia ficado em 3º lugar na licitação no quesito preço.

O Conselho de Ética aprovou o parecer pedindo a cassação de João Paulo, mas o deputado acabou inocentado pelo plenário da Câmara, no início de abril, mas pode ficar fora do pleito. O Ministério Público pediu impugnação de sua candidatura por falta de pagamento de multas eleitorais. A absolvição do oitavo deputado "mensaleiro" gerou protestos. Oito parlamentares ameaçaram renunciar ao cargo de integrantes do Conselho de Ética. O movimento Limpa Brasil, de Goiás, distribuiu na portaria da Câmara 256 pizzas, mesmo número de votos que absolveram João Paulo.

Votação na última eleição - colocação no estado: 105.302 (13°); **Mandatos:** Prefeito de Jandaia do Sul, PR (1989-93), deputado federal (95-99, 99-2003, 03-05) **Filiações partidárias:** Arena, PTB (1993-99), PMDB (desde 99); **Renunciou.**

Ex-líder do PMDB na Câmara, **José Borba (PR)**, também pecuarista e comerciante, teria sido beneficiado com R\$ 2,1 milhões do "valerioduto". O ex-deputado chegou a confirmar que tratava de nomeações em estatais com Marcos Valério, mas nega ter recebido dinheiro. Valério lhe fez uma proposta no início da crise: o PMDB colocaria na CPI dos Correios um relator capaz de dar proteção ao publicitário, que em troca silenciaria sobre a participação do PMDB no escândalo.

Borba também esteve envolvido com o apresentador Carlos Massa, o Ratinho, que em 2004 teria embolsado R\$ 5 milhões para promover, em seu programa no SBT, o presidente Lula e a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy - na época, em campanha eleitoral. O apresentador nunca admitiu ter participado do "mensalão". Além desse episódio, Borba manteve encontros com Valério no hotel Sofitel, em São Paulo. De setembro de 2004 a março de 2005, os dois, Delúbio Soares e o advogado Roberto Bertholdo reuniram-se pelo menos quatro vezes. Depois dessas "conferências", o ex-deputado voltava a Brasília e recebia os colegas de partido, individualmente, para um "acerto de contas".

Mesmo tendo renunciado ao cargo, Borba continua influente na liderança do PMDB. Dois de seus filhos e outros seis ex-assessores mantiveram o emprego no Legislativo, com salários de até R\$ 7.500. Para justificar sua presença constante no Congresso, o ex-deputado declarou: "Estou acompanhando alguns projetos, tenho saldo de emendas remanescentes (para destinar recursos, em geral, à sua base eleitoral)".

Votação na última eleição - colocação no estado: 182.956 (15°); **Mandatos:** Vereador em São Paulo-SP (2001-03); **Filiações Partidárias:** MDB (1977-79), PT (desde 81); **Placar na absolvição:** 175 contra cassação, 241 favoráveis, 6 brancos, 2 nulos, 8 abstenções.

Em depoimento à CPI dos Correios, Fernanda Karina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, contou que destruiu 25 pastas com documentos da empresa SMPB depois que seu chefe recebeu telefonema de **José Mentor (PT-SP)**, advogado de profissão, na época relator da CPI do Banestado.

Data também da época do deputado nas investigações do Banestado um cheque no qual uma empresa de Valério transferiu R\$ 60 mil ao escritório de advocacia de Mentor. Em sua defesa, o deputado alegou ter recebido no total R\$ 120 mil, correspondentes a serviços prestados por seu escritório ao advogado Rogério Tolentino, ligado a Valério. Em depoimento à CPI dos Correios, Tolentino afirmou que Mentor não prestou serviços a sua empresa, e sim a 2S Participações, que seria de responsabilidade somente de Valério.

Mentor recebeu também acusações do doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o "Toninho Barcelona". O deputado teria impedido o "Barcelona" de depor na CPI do Banestado porque poderiam ser expostas operações feitas pelo PT em 2002 com ele e com outro doleiro. Mentor respondeu dizendo que a CPI enviou um ofício convocando Barcelona para depor, mas o advogado do doleiro teria dito que seu cliente não poderia comparecer.

No Conselho de Ética, foi rejeitado o parecer recomen-

dando o arquivamento do processo por falta de provas, feito por Edmar Moreira (PFL-MG). Um relatório pedindo a cassação do deputado, redigido por Nelson Trad (PMDB-MS), foi aprovado. No plenário da Câmara, em início de abril, Mentor foi absolvido, numa sessão em que foi aplaudido logo após fazer seu discurso.

Em depoimento ao Ministério Público, duas semanas após a absolvição, o doleiro Richard A. de Mol Van Otterloo afirmou ter pagado R\$ 300 mil para o Mentor excluí-lo do relatório final da CPI do Banestado. O doleiro, condenado a seis anos de prisão, fez a denúncia na expectativa de conseguir redução de pena.

Votação na última eleição - colocação no estado: 75.338 (26°); **Mandatos:** Deputado federal (desde 2003); **Filiação partidária:** PT (desde 1980); **Placar na absolvição:** 190 contra cassação, 228 favoráveis, 19 abstenções, 5 brancos, 1 nulo.

O engenheiro e deputado **Josias Gomes (PT-BA)** apareceu como beneficiário de R\$ 100 mil das contas de Marcos Valério. Ele foi pessoalmente duas vezes à agência do Banco Rural em Brasília, num intervalo de sete dias, em 2003, para fazer dois saques de R\$ 50 mil da conta da SMPB, empresa de Valério.

No Conselho de Ética, alegou que usou os recursos para pagar dívidas de sua campanha em 2002. A orientação para receber o dinheiro teria vindo de Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Para fazer os saques, Gomes utilizou como identificação uma cópia de sua identidade parlamentar, o que, de acordo com ele, é uma evidência de que não sabia que os recursos tinham origem ilegal.

O relator do processo, Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), pediu a cassação de Gomes por prática de caixa dois, admitida pelo próprio deputado. O Conselho de Ética aprovou o pedido de cassação, mas o plenário da Câmara absolveu, no início de março. Parlamentares da oposição alegaram que Gomes foi inocentado porque a sessão foi esvaziada. No início, apenas 280 dos 513 parlamentares estavam presentes. No final da votação, registraram-se 70 ausentes. São necessários 257 votos para cassar o mandato.

Votação na última eleição - colocação no Estado: 142.811 (29°); **Mandatos:** Deputado estadual (1995-99), deputado federal (99-2003, 03-07); **Filiações partidárias:** PT (desde 1980); **Placar na absolvição:** 253 votos contra a cassação, 183 a favor, 10 abstenções, 3 brancos.

Sacador confesso do "valerioduto", o deputado **Luiz Carlos da Silva ou "Professor" Luizinho (PT-SP)** apareceu como beneficiário de R\$ 20 mil retirados de uma agência do Banco Rural em São Paulo pelo assessor José Nilton dos Santos. Em sua defesa, alegou que o dinheiro foi usado para o caixa dois de campanhas de vereadores do PT no ABC paulista.

No dia 26 de janeiro, o Conselho de Ética aprovou a cassação do deputado, com nove votos favoráveis e cinco contrários. A sessão do Conselho foi tensa e o parlamentar chegou a chorar. No dia 8 de março, o plenário da Câmara rejeitou o pedido de perda do mandato de Luizinho. Com a absolvição dele, de Romeu Queiroz e de Roberto Brant (PFL-MG), vários deputados acharam que o resultado das votações tinha cara de um "acordão". João Batista Oliveira de Araújo, o "Babá", indignou-se: "Isto hoje não foi uma pizza. Foi um rodízio completo. Esta Casa é corporativista. Ninguém mais vai ser cassado". O deputado Júlio Cesar Delgado (PSB-PA) concordou, mas mostrou-se mais otimista com a situação: "A Câmara é corporativista. Pode absolver. Vamos ver o resultado disto nas urnas em outubro. A sociedade não vai esquecer e absolver tão fácil".

Votação na última eleição - colocação no estado: 130.974 (3°); **Mandatos:** Deputado federal (1991-95, 95-99, 99-2003, 03-05); **Filiações partidárias:** PT (desde 1981); **Renunciou.**

Único petista envolvido no "mensalão" a renunciar ao mandato, no dia 17 de outubro, **Paulo Rocha (PA)**, ex-técnico em artes gráficas, sacou R\$ 920 mil das contas da agência SMPB. No entanto, documentos em posse da CPI comprovam "apenas" saques de R\$ 420 mil, realizados por Anita Leocádia, sua assessora. O ex-líder do PT na Câmara contou que usou o recurso em caixa dois para pagar dívidas de campanhas realizadas no Pará em 2002.

A renúncia garantiu a Rocha a manutenção de seus direitos políticos, o fim das investigações no Conselho de Ética, a possibilidade de uma nova candidatura na próxima eleição e a aposentadoria parlamentar. Questionado sobre sua decisão, o ex-deputado respondeu: "Não me arrependo absoluta-

mente. Tudo o que fiz, tanto a captação dos recursos quanto a renúncia, é fruto de responsabilidade coletiva. Eu era presidente do partido no Pará quando tudo ocorreu". Apesar do afastamento do Congresso, Rocha mantém sua influência no governo, através de uma indicação para o comando do Incra no Pará.

Votação na última eleição - colocação no estado: 120.846 votos (1°); **Mandatos:** Vice-prefeito de Cáceres-MT (1992-96), deputado federal (96-99, 99-2003); **Filiações partidárias:** PTB (1989-90), PPS (91-93), PDT (93-95), PSDB (95-2001), PP (desde 01); **Placar na absolvição:** 255 contra cassação, 176 favoráveis, 20 abstenções, 2 brancos.

Na entrevista em que Roberto Jefferson disparou suas primeiras denúncias, em junho do ano passado, o médico e deputado **Pedro Henry (PP-MT)** foi acusado de receber mesada de R\$ 30 mil, de pressionar José Múcio (PE), líder do PTB na Câmara, para que o partido aceitasse o "mensalão" e de tentar cooptar dois deputados petebistas oferecendo dinheiro através do esquema. Henry negou as acusações, mas confirmou os convites a vários deputados para ingressarem em seu partido. Alegou que apenas acenou com as facilidades de liberação de emendas no orçamento para integrantes da base aliada, sem oferecer dinheiro. No governo Lula, 24 deputados entraram no PP e 18 deixaram o partido. Desses 24, 17 mudaram para o partido quando Henry era o líder na Câmara (2003-2004).



Mabel (PL) chorou inocência, mas admitiu que "fonte secou"

No Conselho de Ética, concentrou-se em desqualificar as acusações, afirmando que seu nome não apareceu na lista de sacadores das contas do publicitário Marcos Valério e que não havia provas que o incriminassem. Os acusadores disseram que, por ser líder do partido à época em que o PP negociou o recebimento de pelo menos R\$ 700 mil pelo "valerioduto", Henry sabia do esquema.

O deputado foi inocentado pelo conselho e pelo plenário da Câmara no início de março. Diante da absolvição, disse que passara pelo pior episódio de toda sua vida e que não sabia se seria candidato em 2006.

Depois do processo por envolvimento com o mensalão, as investigações da "máfia das sanguessugas" podem levar Pedro Henry novamente ao "pior episódio de sua vida". O deputado está entre os parlamentares envolvidos em denúncias apresentadas pela Procuradoria Geral da República, no início de julho, com indícios de participação no esquema de compra de ambulâncias superfaturadas.

Votação na última eleição - colocação no estado: 76.867 (36°); **Mandatos:** Deputado estadual (1995-99), deputado federal (99-2003, 03-07); **Filiações partidárias:** PMDB (1983-90), PRS (90-93), PTB (93-95), PSDB (95-2001), PTB (desde 01); **Placar na absolvição:** 250 contra a cassação, 162 favoráveis, 8 brancos, 1 nulo, 22 abstenções.

O deputado **Romeu Queiroz (PTB-MG)**, advogado e empresário, foi o primeiro parlamentar absolvido em plenário, contrariando a decisão da Comissão de Ética, que recomendou sua cassação. Foi acusado de intermediar a transferência de recursos não-contabilizados entre a agência de publicidade SMPB, do publicitário Marcos Valério, e o PTB. Na lista apresentada por Simone Vasconcelos, diretora financeira da agência, o deputado aparece como tendo sacado R\$ 350 mil. Em sua defesa, Queiroz argumentou que não estava em Minas Gerais naquela data. Porém, admitiu ter recebido,

a pedido de Roberto Jefferson, R\$ 102 mil da Usiminas, que foram intermediados por Valério. Em um de seus depoimentos, classificou-se como um "inocente útil" do "mensalão", pois jura não ter ficado com nada do que repassou, em 2004, ao partido e a campanhas de candidatas a prefeito do PTB em Minas Gerais.

Por 12 votos a favor e dois contra, no dia 9 de novembro o Conselho de Ética aprovou o pedido de cassação de Queiroz por quebra de decoro parlamentar. Os deputados Pedro Canelo (PP-GO) e Neyde Aparecida (PT-GO) foram os únicos a votar contra o parecer do relator Josias Quintal (PSB-RJ), que obteve a confissão do coordenador do PTB de Minas Gerais, José Hertz Cardoso, de ter recebido um cheque de R\$ 50 mil da agência SMPB, a pedido de Queiroz, em junho de 2003. No dia 14 de novembro do ano passado, o plenário da Câmara inocentou o deputado.

Votação na última eleição - colocação no estado: 147.387 (2°); **Mandatos:** Deputado estadual (1991-95), deputado federal (95-99, 2003-07); **Filiações partidárias:** PMDB (1988-99), PFL (2000-03), PL (desde 03); **Placar na absolvição:** 340 contra a cassação, 108 favoráveis, 2 nulos, 17 abstenções.

Ex-líder da bancada do PL na Câmara, o empresário e deputado **Sandro Mabel (PL-GO)** foi o primeiro parlamentar a ser inocentado pelo Conselho de Ética e pelo plenário da Câmara. Apontado pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como um dos operadores do "mensalão" e o responsável por repassar recursos do "valerioduto" aos membros do PL, negou as acusações. Porém, em março de 2005 demitiu seis funcionários de seu escritório em Goiânia, alegando, segundo depoimento de dois deles à revista *Veja*, "que a fonte havia secado".

Além dessa denúncia, o deputado foi indiciado por ter oferecido R\$ 1 milhão, mais R\$ 30 mil mensais, para que a deputada Raquel Teixeira (PSDB-GO) migrasse para o PL. Na versão dele, foi Raquel quem o procurou com a intenção de trocar de partido. Os dois chegaram a participar de uma aca-reação, mas os membros do Conselho de Ética avaliaram que ambos foram convincentes e que ficou a palavra de um contra a do outro.

Após cinco meses de investigação, no dia 9 de novembro o Conselho entendeu que não havia provas contra o ex-líder do PL e recomendou, por unanimidade, o arquivamento do processo. No dia 11 de novembro, o plenário da Câmara pôs fim ao caso, após votação favorável a Mabel.

Votação na última eleição - colocação no estado: 158.479 (23°); **Mandatos:** Deputado federal (1991-95, 95-99, 99-2003, 03-05); **Filiações partidárias:** Arena (1979-80), PDS (80-84), PL (desde 90); **Renunciou.**

Recém-licenciado da presidência nacional do PL, **Valdemar Costa Neto (SP)**, administrador de empresa, foi o primeiro deputado a renunciar ao mandato, no dia 1° de agosto de 2005, antes mesmo de ser citado em algum processo. Foi acusado por Roberto Jefferson de envolvimento no "mensalão" e confessou ter recebido, para financiar a campanha presidencial de 2002, R\$ 6,5 milhões de Marcos Valério, através da corretora Guarani Empreendimentos, que tinha como um dos sócios o doleiro Lúcio Funaro. Segundo o ex-deputado, o dinheiro era para pagar dívidas eleitoreiras.

Em depoimento à Polícia Federal, Costa Neto confirmou ter pedido emprestado R\$ 3 milhões a Funaro em 2002. Em 2004, teria pedido mais R\$ 4 milhões ao doleiro para financiar a campanha de prefeitos do PL. As acusações, porém, não impediram o ex-deputado de entrar com um pedido de aposentadoria na Câmara de R\$ 5.542 mensais.

Separada de Costa Neto desde 2004, a socialite Maria Christina Mendes Caldeira foi apontada por Roberto Jefferson como uma das testemunhas do escândalo. Depôs no Conselho de Ética contra o ex-marido, acusando-o de ser um dos operadores do esquema e de manter forte amizade com Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT. Segundo ela, os dois negociaram uma doação de US\$ 2 milhões do governo de Taiwan para a campanha de Lula em 2002. O ex-deputado teria ficado com 20% do montante.

Da participação de Maria Christina no conselho, sobram algumas das frases mais memoráveis da crise, como: "Recebia, sim, deputado, todo mundo recebia (sobre malas de dinheiro)", "Eu não sabia que era proibido comprar partido" e "Não sou uma mulher burra nem alienada. Chega um momento em que muitos fatos esquisitos passam a ser mais do que fatos esquisitos". A socialite quer lançar candidatura a deputada federal pelo PV de São Paulo.

Pesquisa e textos:
João Werner Grando e Luna D'Alama

Deus contesta ato do governador

SC Parcerias obtém Parque do Rio Vermelho em decreto contestado por ONGs ambientais

Desde o final de abril, o governo de Santa Catarina e as ONGs ambientalistas de Florianópolis estão em pé-de-guerra. As entidades acusam o Estado de privatizar o Parque do Rio Vermelho, localizado no leste da Ilha de Santa Catarina. No dia 28 de abril de 2006 Eduardo Pinho Moreira, governador de Santa Catarina, assinou um decreto que transfere o Parque do Rio Vermelho, que estava sob administração da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), para a SC Parcerias, uma empresa anônima vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento. O Parque tem uma área de 14.570.702,59m² e, conforme registrado no cartório, seu valor está estimado em aproximadamente R\$1 milhão.

A Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses (FEEC) e mais oito ONGs encaminharam, no dia 26 de junho, uma representação à 28ª Promotoria da Capital. A FEEC afirma no documento que "o Governo do Estado de Santa Catarina assim agindo insiste na obsessiva pretensão de repassar à iniciativa privada terras públicas legalmente protegidas". Na representação, a FEEC e as ONGs pedem o anulamento do decreto. "A ação do poder público tem que se pautar pela legalidade. O caso da transferência representa uma afronta legal", destaca o presidente da ONG Pau-Campeche, João de Deus Medeiros. Alexandre Herculano Abreu, promotor que recebeu a representação, ainda não tem um parecer sobre a constitucionalidade do decreto.

Vânio dos Santos, deputado estadual do PT, apóia a reivindicação das entidades ecológicas e propõe a sustação do ato do poder executivo, pois argumenta que o decreto é inconstitucional, pois de acordo com o artigo 225 da Constituição Federal só pode haver transferência de imóvel por meio de Lei e não por decreto. A proposta de sustação de ato será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, onde um relator será designado para avaliar a constitucionalidade do decreto.

Em relação a uma possível privatização do Parque do Rio Vermelho, Vinícius Lummertz, diretor-presidente da SC Parcerias, rebate que "isso é uma visão preconceituosa de pessoas interessadas em criar confusão". Para ele, o objetivo da transferência foi agilizar o processo de implementação de um parque que seja útil para a comunidade com a promoção de eventos culturais e pesquisas científicas. "O parque não existe legalmente como produto de pesquisa, turismo de lazer. Nós queremos estruturá-lo para que isso ocorra", enfatiza.

Sérgio Luiz Pinto, diretor jurídico da SC Parcerias, tem uma interpretação diferente do artigo, em sua visão a Constituição somente não permite a alteração de uma área de proteção ambiental. Acrescenta que a Lei que cria SC Parcerias legitima a transferência de qualquer imóvel para a empresa.

Uma outra luta das entidades ambientais é pelo enquadramento do Parque do Rio Vermelho no Sistema de Unidade de Conservação. Em julho de 2000, Marco Maciel, então vice-presidente da República, promulgou a Lei 9985 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Este sistema estabelece normas e critérios para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação.

O decreto de 2002, que regulamenta a Lei 9985, deu um prazo de dois anos aos Estados enquadram os seus par-



Deputado propôs a sustação de ato do governador, pois o decreto para transferir o parque de 14,5 milhões de m² é inconstitucional



Parque já poderia ser Unidade de Conservação um ano atrás



Floresta de pinus deverá ser substituída por vegetação nativa

ques em uma das categorias classificadas pelo SNUC. Para resolver esse impasse a Secretaria de Estado da Agricultura formou uma comissão interinstitucional com o objetivo de elaborar estudos para verificar a melhor categorização do parque. Entre as diversas instituições presentes no comitê estavam a UFSC, a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) e a Fatma (Fundação Estadual do Meio Ambiente).

A comissão encerrou a sua pesquisa em 2005, mas até agora o governo do Estado não nomeou o parque como Unidade de Conservação. "A gente vem batalhando desde 2000, quando foi promulgada a Lei 9.985/00 para que o parque seja uma Unidade de Conservação. Com a nomeação nós teremos todo o amparo legal que irá garantir as ações de manejo e a criação dos Conselhos Consultivos composto pelos moradores da comunidade", enfatiza Márcio Mortari, integrante do Movimento do Parque do Rio Vermelho no SNUC.

O plano de manejo é um projeto que determina o zoneamento de uma unidade de conservação caracterizando cada uma de suas zonas e propondo o seu desenvolvimento físico. O presidente da SC Parcerias, Vinícius Lummertz, afirma que serão analisadas todas as pesquisas feitas anteriormente. "Nós iremos conversar com todos. Do ponto de vista ambiental vários estudos foram feitos, mas ainda falta uma visão estrutural do parque", ressalva.

No dia 30 de agosto está marcada uma reunião entre Alexandre Herculano Abreu, promotor do Ministério Público, e representantes da SC Parcerias que irão discutir o enquadramento do Parque do Rio Vermelho. De acordo com o promotor o governo do Estado terá que agilizar a tramitação do processo de inclusão do parque como Unidade de Conservação.

O promotor afirma que se o Estado não tomar as providências cabíveis será ingressada uma ação pública contra o governo estadual.

Para o parque ser enquadrado como Unidade de Conservação a floresta de pinus presente hoje na região deverá ser cortada e substituída por vegetação nativa. Já houve o corte de 45 mil pés e está previsto, para breve, a retirada de mais cem mil árvores. O Estado receberá R\$ 5,8 milhões pela venda do pinus. "Não há nenhuma previsão de que esse dinheiro seja investido em fiscalização, proteção e monitoramento", destaca Mortari.

O presidente da SC Parcerias diz que os recursos provenientes da licitação irão ser destinados para a administração do Parque do Rio Vermelho. Porém, João de Deus Medeiros, presidente da ONG Pau-Campeche, alerta que o governo só pode autorizar o corte de pinus a partir de um plano de manejo. "As árvores devem ser substituídas dentro do plano de manejo para que o impacto seja o menor possível na fauna e na flora", enfatiza.

Sérgio Pinto, diretor jurídico da SC Parcerias garante que especialistas serão consultados antes do corte das cem mil árvores. "Nós queremos fazer tudo de acordo com o que rege a legislação", completa.

Textos:
Diogo d'Avila



Achada por docentes da UFSC

Reserva florestal abriga planta rara descoberta em 64

O Parque do Rio Vermelho não é somente importante por ser uma área de preservação, mas também por hospedar uma planta rara no mundo. Trata-se da *Mimosa catharinensis*, que em 1964 foi coletada pela primeira vez por Roberto Klein, Ranulpho de Souza e Antônio Bressolin, na época professores de Biologia da UFSC. A planta foi enviada ao Dr. Burkart, um especialista argentino em leguminosas e que deu o nome científico ao vegetal, também conhecido popularmente como unha-de-gato. Por ser endêmica, ela não pode ser encontrada em nenhum outro local.

A *Mimosa catharinensis*, de origem leguminosa, foi encontrada na orla de vegetação arbustiva da restinga e as suas raízes estão afixadas na depressão do terreno, onde acumulam águas pluviais. Atualmente ela pode ser encontrada na margem da estrada de acesso à praia de Moçambique. De acordo com Ademir Reis, professor de Botânica na UFSC o corte de árvores que será feito pela Cidasc não irá afetar a planta, pois no local onde ela se situa não há pinus.

Cinema latino busca integração

Eventos propõem saídas para produção, distribuição e exibição de filmes no continente

O mais recente evento destinado à discussão da atual estrutura da indústria cinematográfica latina foi o 1º Festival de Cinema Latino-Americano de São Paulo, realizado na capital paulista entre 10 e 16 de julho, com exibição gratuita de mais de cem filmes, presença de 40 convidados internacionais, entre diretores de renome e figuras do novo cinema da região, e promoção de oficinas, encontros e debates sobre temas como documentários, cineclubes, fronteiras entre países, novas formas de difusão televisiva e alternativas para o audiovisual.

O diretor Nelson Pereira dos Santos destacou a vontade dos profissionais do setor em trabalhar com produções que estejam ligadas à riqueza cultural de seus países e sejam independentes, tanto estética quanto economicamente, de outros modelos cinematográficos. Do ponto de vista da criação, Santos acredita que a indústria latina cresceu, afirmou-se e hoje esbanja vitalidade e pluralismo. "Nosso cinema se renova cada vez mais. No caso do Brasil, não há uma única forma, um único pensamento, e predomina a liberdade de criação", ressalta.

Porém, do ponto de vista mercadológico, o diretor crê que o País está ainda muito ligado ao padrão americano. "Temos uma economia frágil, dependente do Estado. Todas as nossas atividades são voltadas para os interesses das grandes produções. É uma questão histórica", explica. Uma das consequências dessa dependência dos filmes de Hollywood recai sobre o elevado preço dos ingressos: parte do valor arrecadado é para cobrir os gastos com produções que custam cerca de US\$ 100 milhões. "Um filme brasileiro médio sai por US\$ 2 ou 3 milhões", compara Santos.

Para o diretor, a unidade que se forma nas produções latino-americanas é muito importante. "Nenhum dos países poderá progredir nessa área se não houver uma comunhão de interesses, uma troca de idéias e filmes", considera. Orlando Senna, secretário de Audiovisual do Ministério da Cultura (MinC), acrescenta que, do ponto de vista legal, a América Latina está desorganizada e despreparada para os avanços do novo cenário do audiovisual. Senna revela que já se fala em unificação do setor de todos os países latinos, medida que certamente sofrerá retaliações e ameaças do sistema hegemônico americano.

Outra questão que entrou na pauta das palestras do festival foram a TV nos países latinos e as novas modalidades de difusão, que têm propostas diferentes, mas o objetivo comum de democratizar o acesso por meio de produções independentes e da integração cultural. Durante o encontro, também foram apresentadas idéias para combater o monopólio comercial que domina o audiovisual. Um dos exemplos bem-sucedidos é o canal TeleSUR [veja reportagem na edição do *Zero* de setembro de 2005], que transmite, via satélite, noticiários, programas de música, documentários e filmes produzidos em toda a América Latina. O foco da emissora, financiada por Argentina, Venezuela, Uruguai e Cuba, é mostrar a cultura, as lutas e os diferentes povos do continente.

Seguindo os passos da Venezuela, foi criada a TV Brasil, o primeiro canal público internacional do País. A idéia, concebida em 2003 e colocada no ar pela primeira vez durante o Fórum Social Mundial de 2005, é oferecer informações sobre o País ao público estrangeiro. Hoje, a TV Brasil está disponível apenas na América do Sul, via satélite. Fazem parte dela a Radiobrás e as TVs Justiça, Câmara e Senado. Já foram investidos no projeto cerca de R\$ 25 milhões.

Gabriel Priolli, presidente da Televisão América Latina (TAL), anunciou outra proposta nacional para a integração cultural, social e econômica dos países latinos, prevista para entrar no ar em setembro deste ano. A emissora é uma entidade sem fins lucrativos que quer fortalecer os laços regionais e a multiplicidade étnica, possibilitar o conhecimento mútuo dos povos e promover a soberania latina no cenário internacional.

A TAL terá mais de 160 canais e exibição 24 horas por dia, via satélite e cabo, para Américas, Europa e norte da África. A programação vai conter documentários, entrevistas, notícias e espetáculos e será transmitida dois terços em espanhol e um terço em português, sempre com legendas em um dos idiomas. O espaço destinado aos 19 países parceiros será de acordo com a população de cada local.

Sul-americanos discutem apoio da Unesco

Nos dois últimos dias do Florianópolis Audiovisual Mercosul (FAM), realizado de 2 a 9 de junho no Centro Integrado de Cultura (CIC), foi promovido o Seminário Unesco: *Diversidade cultural e o setor audiovisual no marco da integração regional*, que reuniu autoridades de seis países da América do Sul para discutir a atual situação dos setores cinematográfico e televisivo latino-americanos e as propostas da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) a fim de incentivar as produções locais.

O seminário também serviu para "amadurecer" as idéias previstas no documento elaborado pela Unesco em outubro do ano passado, em Paris, durante a Convenção sobre proteção e promoção da diversidade das expressões culturais. Ele contempla duas principais vertentes: facilitar o acesso a formas de arte que promovam e fortaleçam a diversidade entre as nações e diferenciar

e o brasileiro progrediram; são os que mais têm a oferecer hoje", destaca. Eva revela que todos esses esforços são para combater a homogeneização cultural. Segundo ela, as duas últimas gerações de latinos não conviveram com a diversidade e são vítimas do monopólio de Hollywood. "Ninguém deve pensar que

o cinema de um país do Mercosul poderá invadir o de outro, porque na verdade já fomos invadidos (pelos americanos)", acusa.

Um dos grandes problemas da integração e da pluralidade audiovisual no Mercosul, que conta com um público de mais de 140 milhões

de espectadores, é o não-consentimento dos setores produtivo e de distribuição em estabelecer cotas para filmes latino-americanos. "Se não somos capazes de ceder uma parte da nossa soberania para os outros, a coisa não funciona. Precisamos negociar com o setor privado, criar porcentagens mínimas

de exibição e construir salas populares, destinadas à veiculação de filmes regionais", enumera Eva.

Os representantes da Bolívia, Chile, Peru e Uruguai presentes no seminário da Unesco também falaram sobre a situação do setor audiovisual em seus países. De acordo com Ale-

jando Fuentes, diretor da Fundação Audiovisual de Santa Cruz de La Sierra, a Bolívia lança um único filme por ano, a maioria curtas-metragens. Apesar de escassa, ele garante que a produção é de qualidade. "Porém, o único espaço que temos para ver o que criamos são os festivais. Faltam salas de exibição e mostras de cinema", lamenta.

O produtor Alfredo Rates revela que o Chile tem pouco mais de 10 lançamentos anuais, 90% feitos em co-produção com outros países, como Brasil, Argentina e Peru. Lá não há impostos que vão diretamente para o cinema. "Um dos motivos é que os Estados Unidos exigiram parte dessa arrecadação", justifica. Rates acredita que atravessar as fronteiras do Mercosul não deveria ser um problema para a indústria cinematográfica e que não é pelo fato de os filmes latinos serem menos vistos em relação aos *blockbusters* que sua qualidade e seu conteúdo são inferiores. "Queremos que as pessoas assistam a nossos vídeos e que se ganhe dinheiro com a venda de entradas, que em geral só cobre os custos de produção e distribuição. Precisamos de ver-

ba para produzir, promover e divulgar nossos filmes", reivindica.

Para descrever a atual condição do setor audiovisual no Peru, foi convidado o cineasta Christian Wiener Fresco. Segundo ele, a indústria cinematográfica do país é precária, com uma média de três a cinco lançamentos por ano, as produções americanas dominam o mercado e há muita pirataria – em quase 90% dos filmes. Além disso, mais de 90% das salas de exibição concentram-se na capital, Lima. Fresco enfatiza que, apesar da falta de espaço para mostrar os vídeos locais, a produção nas províncias e o consumo interno são grandes. "Infelizmente, esses títulos não chegam aos festivais", queixa-se. A boa notícia é que o Peru conseguiu uma cota de tela de 20%, o que significa que, de cada dez filmes exibidos no país, dois devem ser nacionais.

A última participante do seminário a discursar foi a jornalista uruguaia Maria Urruzola. Para ela, não existe audiovisual regional no país, cuja produção é de três a cinco longas-metragens e cerca de 20 curtas e documentários por ano. Metade da população nunca vai ao cinema e o índice anual de venda de ingressos não chega a um por habitante. Maria avalia ser impossível falar de audiovisual no Uruguai sem mencionar a televisão, já que os números são expressivos: 85% dos habitantes passam mais de três horas por dia na frente dela, 54% têm assinatura a cabo e 95% acreditam que as emissoras deveriam mostrar mais a realidade interna – consequência da atual programação, que tem 80% de seu conteúdo importado da Argentina e dos Estados Unidos. "Para nós, latino-americanos, a vida acontece em outra parte, não nos vemos nas telas. Creio que só existirá diversidade de fato quando houver liberdade de escolha, alternativas às produções americanas", salienta a jornalista.

Para reverter a situação no Brasil, a indústria audiovisual aguarda a aprovação do projeto de lei que cria o Fundo Setorial do Audiovisual, atualmente em tramitação no Congresso. A previsão é que a iniciativa renda cerca de R\$ 70 milhões anuais, obtidos através da contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine), uma taxa cobrada das produtoras, e que financie programas e projetos do setor. A proposta também prevê duas alterações na Lei do Audiovisual: a dedução no imposto de renda dos valores referentes ao patrocínio de longas-metragens e a utilização, por parte de empresas de radiodifusão e TV por assinatura, de uma porcentagem do imposto devido em produções audiovisuais independentes. Orlando Senna, secretário de Audiovisual do MinC, estima que o fundo possibilitará a produção de 15 longas já em seu primeiro ano de atividade.

Textos: Luna D'Alama



Seminário da Unesco buscou superação dos problemas comuns na AL

bens culturais de mercadorias e bens de consumo. Para que esse material seja reconhecido e entre em vigor, será necessária a ratificação de pelo menos 30 países – por enquanto, só Canadá e Burkina Faso, na África, assinaram. Até que o número mínimo de nações entre em consenso, representantes do mercado audiovisual vão debater o conteúdo do documento, que inclui temas como direitos humanos, liberdades fundamentais, soberania nacional, respeito por todos os tipos de manifestação artística, cooperação internacional e desenvolvimento econômico e cultural.

"O Mercosul é a representação da diversidade, e o cinema é uma das expressões comunitárias de maior valor. O problema é que estamos dominados por *lobbies*", acredita Eva Piwowski, secretária técnica da Recam. Para evitar a permanência de negociações escusas, proteger a identidade regional e diminuir as assimetrias entre as nações, a entidade elaborou políticas públicas e tem colocado em prática diversas iniciativas: "Desde então, apareceram os cinemas uruguaio e chileno. O argentino

Casais homossexuais, go-go boys e drag queens finalmente podem ficar à vontade na Beira-Mar



Parada *gay* agita Florianópolis música, brilho e diversidade

Homossexuais e simpatizantes ignoram Copa e vão às ruas pro



Silvety Montilla conduz a Parada. Leão Lobo acredita na cidade sem preconceitos e casal observa a festa

No dia 9 de julho, Florianópolis finalmente viu uma parada GLBTS (sigla para *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e simpatizantes), tornando-se a última capital brasileira a realizar um evento desse tipo. Acompanhados por cinco trios elétricos e com uma bandeira do Brasil e outra com as cores do arco-íris, símbolo internacional do movimento homossexual, cerca de 20 mil participantes tomaram a avenida Beira-Mar para pedir direitos iguais sob o lema "nem mais, nem menos, apenas iguais".

A Parada da Diversidade, realizada em dia de final de Copa do Mundo, começou às 14h com concentração na frente do Koxixo's Bar. A essa já hora era possível ver meninos de mãos dadas com meninas, meninas com meninas, famílias curiosas e *drag queens* animadíssimas dançando ao som de música eletrônica. Todas em cima de saltos com até 20 cm e maquiadas, algumas com espelho na mão para retocar um último detalhe. Nos vestidos, muita lantejoula e brilho. Tudo era observado por crianças, jovens, idosos, uma multidão de todas as idades e classes sociais. Realmente, uma Parada da Diversidade.

Como cenário, o mar ao fundo e balões coloridos nos ares. Garçons vestidos com habituais ternos passavam com bandejas carregadas de *whisky* e energético. Alguns distribuíam gratuitamente suco de limão, vodca e gelo para animar os manifestantes. A bandeira nacional, de 14m de comprimento, foi carregada por simpatizantes da causa, e a do movimento *gay*, com 30 metros, puxada por Karla Camuratti, primeiro homossexual da cidade a brigar pelo direito de assumir sua opção sexual e, por isso, reprimido pela polícia e pela sociedade por 30 anos.

Às 17h30, foram executados o Hino Nacional e o Rancho de amor à Ilha pela banda da Polícia Militar. Em seguida, a *drag* Selma Light, madrinha do evento, abriu a Parada, seguida por Tiago Silva. Silva lembrou que os *gays* pagam impostos como todos os cidadãos e que, por isso, devem ter os mesmos direitos. Esclareceu que às vezes os homossexuais pagam até mais impostos que os heteros, já que não podem incluir parceiros como dependentes no Imposto de Renda. Falou que homofobia é crime, frase repetida por muitos durante a tarde de domingo, e que estava lá não só por ele, mas por todos que ainda não "saíram do armário". Para encerrar disse que muitos não iriam gostar do que falaria e gritou "vão ter que nos engolir". Foi Beto de Jesus, ativista *gay* e organizador das primeiras manifestações ocorridas em São Paulo pelos direitos dos homossexuais, o último a falar antes de a caminhada começar. Afirmou que cada vez que uma parada é realizada, o país torna-se mais democrático.

Quem conduziu a caminhada foi a *drag queen* Silvety Montilla, a tradicional mestre de cerimônias da Parada de São Paulo, a maior do mundo. Depois foi a vez de Leão Lobo, apresentador de TV, que proclamou, no final da passeata. "Saíram do armário porque esse é o primeiro passo em respeito a vocês mesmos", disse antes de as bandas começarem a tocar no palco montado na avenida, na altura do trapiche. A festa acabou às dez da noite, depois do *show* de Suely Ramos e das bandas Em cima da hora e Samambaia.

Durante o evento, organizadores recolheram alimentos não perecíveis

que serão doados ao GAPA (Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS) e assinaturas para o abaixo assinado que pede a votação do PL 5003/2001. O projeto torna crime a discriminação contra homossexuais. Pela lei, por exemplo, seria crime piadas sobre *gays* em programas de TV.

Não foi apenas a parada que aconteceu pela primeira vez na cidade. A Casa da Diversidade também é uma novidade que deve se repetir nos próximos anos. Nela ocorreram, durante a semana que antecedeu o evento, desfiles de moda, apresentações musicais, exposições fotográficas e sessões de cinema lotadas. Localizada no antigo prédio da Câmara de Vereadores, recebeu nove mil visitantes em seis dias. Cerca de 80% deles eram jovens buscando conhecimento. Audenir Carvalho, presidente da Associação de Empreendedores GLBTS de Santa Catarina, responsáveis pela Semana da Diversidade, dizem que é nesse momento que preconceitos são quebrados, com educação, cultura e diálogo.

Entidades *gays* fizeram um trabalho de conscientização junto ao público e orientaram sobre a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. No ano que vem as exposições na casa devem durar cerca de duas semanas, já que, após o encerramento do evento, várias pessoas ainda tentavam visitar o local.

Inspirado pelos *Gay Games*, jogos esportivos organizados pela primeira vez no ano de 1982 em São Francisco (EUA) e que reúnem a cada quatro anos cerca de 10 mil pessoas, Dulcimar Grandó sugeriu aos membros da Associação de Empreendedores, da qual também faz parte, a realização de jogos que integrassem homo e heterossexuais. Resultado: o *Floripa Diversity Games*, realizado no sábado que antecedeu a Parada, reuniu 200 pessoas que jogaram futebol society, futsal, vôlei, natação, tênis de mesa e atletismo. Com a mais do que eram esperados. Grandó queria, com o evento, derrubar a separação entre homos e heteros e acabar com a ideia de que *gays* não praticam esportes e só estão presentes em clubes noturnos.

Apesar de ser o terceiro destino *gay-friendly* (simpático a *gays*) do Brasil e de realizar o maior carnaval *gay* de rua do país, Florianópolis foi a última capital a realizar uma parada *gay*, transformando o país no recordista mundial de eventos do tipo, com 103. A Parada da Diversidade demorou a acontecer, segundo Tiago Silva, idealizador do evento e assessor de marketing e eventos da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esportes, devido à cidade ser conservadora, preconceituosa e provinciana.

Na abertura da parada, Leão Lobo, apresentador de TV, disse que Florianópolis tem "cabeça aberta", é sem preconceito e por isso demorou tanto para ver uma manifestação como aquela, pois não precisava. Silva diz que só quem vive aqui sabe o quanto a cidade é homofóbica. Fato comprovado um dia depois da realização do evento. O colunista Moacir Pereira, do jornal *Diário Catarinense*, escreveu: "assegurar aos *gays* e lésbicas o direito de se exibirem faz parte do sistema democrático. Bloquear a principal via da cidade para fazer apologia do homosse-

"vão ter que nos engolir"
Homofobia é crime
gritavam os manifestantes

xualis
minis
mena
queia
com
jorna
xual.
que
Ou
"Pou
dar o
dessa
ganiza
antece
A c
bas. A
nenhu
anual
cap, a
do est
do Est
Eduar
e, dep
a Para
GLS, a
da Ass
uma fe
Cor
mosse
cidade
de cas
ram da
avenid
diam c
te todo
cesso,
sete an
tornou
que o
ser o p
human

NYT revela segredos de Estado

Imprensa americana vigia medidas impostas pelo governo para combater o terrorismo

Janeiro de 2006. Hollywood Boulevard, a principal artéria da capital do cinema, é tomada por uma pequena e etnicamente diversificada multidão de jovens. Eles marcham em direção à central da CNN munidos de cartazes onde se lê *Bush step down*, desça Bush, em alusão ao movimento pró-*impeachment* que se espalhou pelo país em questão de dias. O motivo do fuzú: a revelação feita pelo *New York Times* e por outros jornais de um plano secreto de vigilância doméstica através de grampos telefônicos da Agência de Segurança Nacional – NSA, na sigla inglesa. Os repórteres responsáveis pela história que lhes rendeu o Prêmio Pulitzer: James Risen e Eric Lichblau.

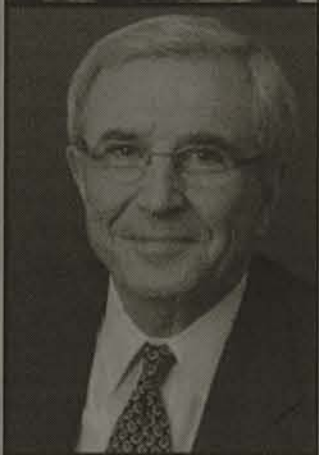
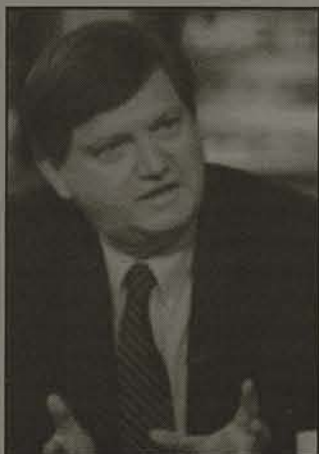
Junho de 2006, os mesmos jornalistas voltam à carga, dessa vez com um furo que causou mais polêmica do que revolta popular. Eles descobriram que desde os atentados de 2001 o governo americano usa os serviços da Sociedade Mundial de Telecomunicações Financeiras Interbancárias (Swift em inglês), consórcio belga responsável pelo monitoramento de cerca de 11 milhões de transações financeiras diariamente em 200 países. A espionagem nas transações internacionais visa eliminar o financiamento de atividades terroristas. A Casa Branca, ao saber da intenção do jornal de revelar o programa secreto, tentou dissuadi-los da idéia, sem sucesso. A matéria foi ao ar no site do jornal no dia 22 de junho e estava impressa no dia 23.

Os diários *Los Angeles Times* e *Wall Street Journal* seguiram o exemplo do *NYT*, publicando a história em suas edições *on-line* ainda no dia 22. A ira da administração Bush concentrou-se, no entanto, no diário nova-iorquino. Irritado, o governo chegou a declarar, através de Dana Perino, porta-voz adjunta, que “o presidente está preocupado com o fato de que mais uma vez o *NYTimes* escolheu expor um programa secreto que existe para proteger nossos cidadãos”. Dick Cheney, vice-presidente, afirmou que a matéria tornou mais difícil “prevenir futuros ataques contra o povo americano”, enquanto Bush considerou a iniciativa “vergonhosa”.

Os puxões de orelha foram os primeiros de uma série de duras críticas feitas principalmente ao *NYT*, primeiro jornal a divulgar o furo. John Snow, secretário do Tesouro, argumentou que revelar os métodos secretos de trabalho do governo não tem utilidade pública, só serve para “ajudar os terroristas” e significa a quebra da antiga tradição dos veículos de imprensa de respeitar segredos de guerra. O deputado republicano Peter King chamou o jornal de pomposo, arrogante e mais preocupado com as prioridades da esquerda elitista do que com a segurança do povo americano. King pretende ir além das palavras e prometeu acionar o procurador-geral Alberto Gonzalez para abrir investigação e processo contra o diário.

Os ataques ressuscitaram o complexo debate sobre o direito à informação e o interesse público. Para o presidente, “não há desculpa para alguém com acesso a uma informação vital de inteligência vazá-la e não há desculpa para qualquer jornal publicá-la”. Os autores do texto discordam, “o governo não manteve em segredo sua campanha para interromper o financiamento dos terroristas, e o presidente Bush e os funcionários do Departamento do Tesouro falaram publicamente destes esforços”. Byron Calame, *ombudsman* do jornal, concorda com os repórteres e diz ser cada vez maiores os indícios de que as organizações terroristas já sabiam dos monitoramentos americanos, eliminando os possíveis efeitos contraproducentes do furo.

Bill Keller, editor-executivo do *NYTimes*, chegou a publicar, no dia 25 de junho, uma carta aberta de tom professoral em resposta às cerca de 850 correspondências condenando a matéria. Ele explicou a seriedade por trás da decisão de



Risen e ombudsman Calame refutam as falácias do governo Bush

publicar esse tipo de material e expôs ponto a ponto a imparcialidade da cobertura, sem fazer nenhuma crítica direta ou definitiva à validade legal do programa, algo ainda em discussão. Keller dá uma pequena aula sobre o papel da imprensa de informar sempre e deixar as conclusões para os leitores, dizendo que os piores momentos da mídia aconteceram “quando falhamos em cavar a fundo o suficiente ou em reportar o bastante”, alusão direta às críticas sobre cobertura chapa-branca da invasão do Iraque. O editor considera não ser necessariamente sábio, ou patriótico, sempre obedecer à palavra do presidente, ou se render às decisões do governo sobre o que publicar.

No parlamento, o vazamento provocou revolta. No dia 28 de junho, os líderes republicanos da Câmara dos Deputados aprovaram uma resolução condenando a veiculação das matérias e exortando os jornais a preservar segredos de Estado para ajudar na luta contra o terrorismo. O documento foi escrito após uma série de pedidos de processos contra os veículos e seus repórteres e editores. A desforra veio no

dia 9 de julho: o *NYT* exibiu em suas páginas a cópia de uma carta enviada um mês antes pelo deputado republicano Pete Hoekstra, presidente do Comitê de Inteligência, ao presidente Bush. A correspondência acusava a administração de sonegar informações sobre os programas secretos e desrespeitar o trabalho de seu comitê. As agências de inteligência dos EUA responsáveis por operações sigilosas são obrigadas, pelo Ato de Segurança Nacional, a manter informados os Comitês de Inteligência do Congresso.

No meio acadêmico a polêmica se manteve. O administrador da biblioteca da University of the Incarnate Word, no estado do Texas, cancelou a assinatura do periódico alegando que “ninguém elegeu o *NYT* para decidir sobre política de segurança nacional”. A atitude, considerada censura por muitos funcionários, foi respeitada pela instituição, que decidiu não tomar uma posição oficial sobre o caso.

Quatro reitores das maiores faculdades de jornalismo dos EUA e Alex Jones, diretor do Centro Shorenstein da Universidade de Harvard, publicaram um artigo coletivo no dia 9 de julho no *Washington Post* defendendo a postura dos jornais. Geoffrey Cowan, da Escola de Comunicação Annenberg, na Universidade do Sul da Califórnia; Orville Schell, da Berkeley; John Lavine, da Medill, na Universidade Northwestern; e Nicholas Lemann, de Columbia, afirmam no texto ser “trabalho e responsabilidade da imprensa revelar segredos”. Os cinco diretores reconhecem o medo que o povo tem da revelação de informações estratégicas do governo pela mídia. O dilema dos homens da notícia estaria na escolha entre divulgar informações sigilosas ou manter o público alienado. Keller fez a sua opção e sentenciou: “o eleitorado não tem condições de avaliar um programa se não sabe da sua existência”.

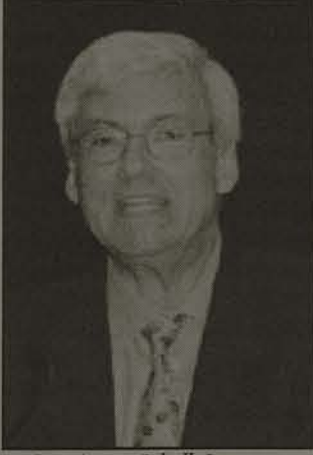
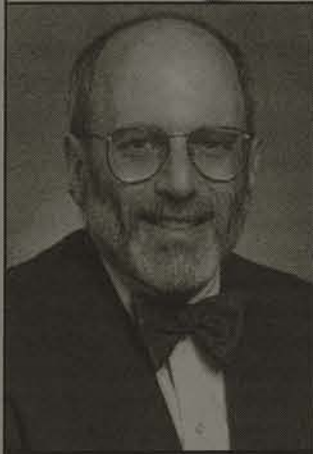
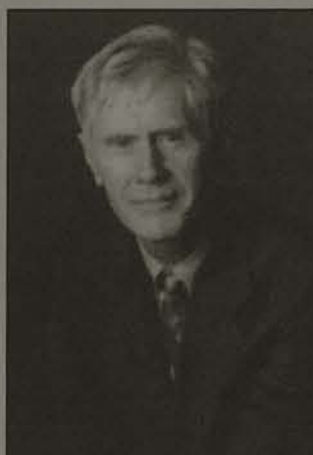
Editores (e reitores) defendem liberdades

No primeiro dia de julho, e pela primeira vez na história dos EUA, dois jornais elaboraram um editorial conjunto, publicado simultaneamente pelos dois. Nele, o *New York Times* e o *Los Angeles Times* justificaram a veiculação das matérias sobre o programa secreto de espionagem bancária promovido pelo governo. Bill Keller e Dean Banquet, editores dos diários, afirmam não ser neutros na luta contra o terrorismo, mas ressaltam que a preocupação com a liberdade de imprensa num determinado país está diretamente ligada ao avanço do terrorismo sobre a democracia.

O texto, intitulado *Quando publicar um segredo*, discorre sobre as prerrogativas da imprensa, e sobre seu papel de manter o público informado o suficiente para julgar se os líderes eleitos estão lutando pelo bem da nação, e por qual preço isso é feito. Os jornalistas seguem responsabilizando altos funcionários em crise de consciência pelo vazamento de histórias como essa e explicam a maneira pela qual os jornais checam essas informações. Deixar de publicar o material por pedido do governo sob o argumento de manutenção da segurança nacional é uma possibilidade, mas “tomar esta decisão é responsabilidade dos editores, resultado do grande presente que é nossa independência...e não é algo que podemos entregar ao governo”, concluem.

O *Wall Street Journal*, o terceiro jornal a publicar a história e também alvo de críticas, não quis participar do editorial conjunto e optou por uma inusitada e agressiva *mea culpa*. Revelou ter recebido as informações do próprio Departamento do Tesouro, um vazamento oficial encarregado de tirar o furo do *NYT*, já decidido a publicar a matéria. O governo, frustrado na tentativa de impedir a divulgação do programa, decidiu passar as informações ao *WSJ*. Blindado pela generosidade oficial, o editorial impresso no dia 30 de junho acusa os outros jornais de seguir à frente com a história, mesmo à revelia do poder. Paul Steiger, chefe de redação, justifica a postura: “há uma grande diferença se o governo pede para você não publicar; eu consideraria o pedido com muito cuidado”.

O editorial do *WSJ* é ofensivo ao *NYTimes*, acusado de traição, leviandade e desrespeito ao atual “estado de guerra” do país. Gail Collins, editora da página de editorial do diário nova-iorquino, ficou surpresa com o texto: “quando se trata de liberdade de imprensa, em geral pessoas do meio partilham a mesma visão sobre a Primeira Emenda e sobre seu funcionamento no dia-a-dia”. A separação entre a redação e a opinião oficial dos veículos foi a justificativa encontrada por jornalistas de ambos os lados para explicar o comportamento do *WSJ*. John Harwood, repórter de longa data do diário, disse não conhecer ninguém na redação com a opinião de que o *NYT* agiu de má fé no caso e explica: “existem grandes diferenças ideológicas entre as páginas editoriais dos jornais, mas não entre os jornalistas”.



Os reitores Schell, Lemann, Lavine, Cowan: postura pública anti-conservadorismo

Textos: Roberto Saraiva

Evento da SBPC movimentou UFSC

Candidatos à presidência decepcionam Candotti e não vão ao encontro na universidade

Inovadora e grandiosa. Assim foi a 58ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada entre os dias 16 e 21 de julho, em Florianópolis. Os principais nomes de todas as áreas participaram da reunião científica considerada a maior da América Latina. Neste ano, teve 11.070 inscritos, 1.350 a mais que no ano passado, em 280 eventos como conferências, debates, seminários e minicursos. As transmissões ao vivo de cinco atividades simultâneas pela internet foram a grande inovação do evento.

A sessão de pôsteres reuniu 3,5 mil trabalhos de pesquisadores de todo Brasil e do exterior. Incluída na programação, a 13ª Jornada Nacional de Iniciação Científica (JNIC) trouxe outros 1.147 trabalhos encaminhados por 79 instituições de pesquisa. A Exposição de Ciência e Tecnologia (ExpoT&C) teve sua primeira edição junto ao evento com cerca de 200 trabalhos em 58 estandes e atraiu mais de 4 mil pessoas para o Centro de Desportos (CDS) da UFSC, nos cinco dias de duração.

Mesmo num domingo, a abertura teve o auditório do Centro de Cultura e Eventos da UFSC lotado com 1,3 mil pessoas. Prestigiaram o evento os ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, representando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Marina Silva, do Meio Ambiente. Ennio Candotti, presidente da SBPC, reclamou em coletiva para a imprensa a ausência de candidatos à presidência da República no encontro. "Essa é uma eleição atípica", comenta Candotti, que obteve confirmação de alguns candidatos e esperava organizar um debate.

As transmissões ao vivo pela internet foram muito elogiadas por entender que essa estrutura é essencial para democratizar o conhecimento e divulgar as discussões sobre ciência e tecnologia. Os trabalhos foram divulgados por mais de 50 veículos de comunicação em todo o país. A transmissão das atividades pela internet teve 22,5 mil acessos em diversos países, como França, Japão e Canadá.



Amorim: oposição usou a crise para tentar derrubar o governo

O tema deste ano foi SBPC&T – Semeando interdisciplinaridade. O "T" inserido ao nome da Reunião se refere à tecnologia. Assuntos, definitivamente, interdisciplinares foram abordados em debates e palestras. Desde células tronco e robótica, ao poder exercido pela imprensa e a mídia, em debate com os jornalistas Bob Fernandes e Paulo Henrique Amorim, estiveram em discussão durante a Reunião deste ano. A próxima reunião será realizada em Belém, no Pará, e o tema escolhido será *Amazônia, desafio nacional*.

Amorim vê imprensa golpista e centralizada

Na mesa redonda *O poder da imprensa*, realizada na quarta-feira 19, no auditório da reitoria, durante o congresso da SBPC, o jornalista Paulo Henrique Amorim abriu sua fala como se fizesse a escalada de manchetes de um telejornal:

– 95% da imprensa escrita tentou, tenta ou tentará abreviar o mandato de Lula ou desestabilizá-lo. Os outros 5% são a revista CartaCapital.

– A imprensa escrita é um dos poucos setores da economia que está em crise. Seu recurso é produzir escândalos políticos para segurar leitores.

– O *Jornal Nacional* tem sido o menos anti-Lula, pois a *Globo*, que estava em concordata, beneficiou-se do crescimento econômico dos últimos anos e da opção pelo padrão.

– As agências Folha, Globo e Estadão são a única fonte de informação da mídia em todo Brasil.

Não faltaram revelações ao público que lotou o auditório. Amorim, que está na TV Record e no portal IG, dividiu o debate com o jornalista Bob Fernandes, do Terra Magazine, e o advogado José Paulo Cavalcanti, ex-presidente do Conselho de Comunicação Social, que coordenou as discussões.

Seguindo com suas denúncias, Amorim afirmou que o motivo de a revista *Veja* ser a mais empenhada na campanha contra Lula são problemas que a editora Abril teve com o governo. A empresa teria perdido um contrato com o Ministério da Educação para a publicação de livros didáticos.

Voltando suas críticas ao governo, o jornalista disse que o executivo não possui uma política de comunicação institucional. Para ele, o PT entende a mídia apenas como um canal de propaganda oficial, dispensando sua importância como meio de disseminação de informação. A ineficiência nessa área ficou evidente no escândalo do "mensalão". O governo não se defendeu nem enfrentou a mídia porque não tinha espaço nos meios existentes e nunca criou canais alternativos para fazer sua comunicação, acredita Amorim.

O jornalista também abriu ao público informações de bastidores cavadas na época do escândalo. Contou que havia um consenso, entre políticos do PSDB, de que o mandato do presidente Lula não deveria chegar ao fim. A única divergência seria sobre o método que adotariam. Amorim explicou que eles se dividiam em dois grupos, um deles achava que se deveria trabalhar pelo *impeachment* imediato, o outro, em que estava o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, era da teoria do "sangramento". Lula se desgastaria lentamente até que o povo o derrubasse e clamasse pela volta de FHC.

O jornalista Bob Fernandes [ver entrevista nesta edição], em sua análise, indicou a diferença de atuação por parte da imprensa na era FHC. Ao contrário do que ocorre atualmente, irregularidades apuradas não viravam escândalos, pois setores da mídia estavam ao lado do governo. A política do presidente tinha a simpatia de donos de impérios de mídia como a família do senador Tasso Jereissati, no Ceará, do senador José Sarney, no Maranhão, e de Antônio Carlos Magalhães, na Bahia, entre outros.

O escândalo do "mensalão" e as notícias sobre as investigações da CPI não passaram de uma farsa midiática, na opinião de Fernandes. A imprensa reproduziu tudo o que os acusadores falavam, mas deixou de noticiar que aqueles eram políticos envolvidos até o pescoço em irregularidades denunciadas no Congresso.

O jornalista ainda relatou sua experiência na cobertura da tentativa de derrubar Hugo Chávez, presidente da Venezuela, em 2002. No que chamou de "golpe midiático militar", gerais e os donos da mídia trabalharam juntos pelo golpe. A televisão conclamou o povo para uma marcha para retirar Chávez do poder e, mais tarde, durante o contra-golpe, não noticiou nada sobre a luta do presidente para recuperar seu posto. Fernandes está escrevendo um livro sobre o assunto. A motivação para a empreitada, de acordo com ele, foi a certeza, na época, de que algo semelhante aconteceria no Brasil.

Universidades mantêm direito sobre inventos

"É necessário patentear para que se possa proteger e distribuir". A frase é do carioca Denis Borges Barbosa, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, UERJ, e especialista em propriedade industrial, durante sua exposição no encontro aberto sobre o tema realizado na SBPC. A conversa foi mediada por Luiz Otávio Pimentel, coordenador do recém criado Departamento de Propriedade Intelectual da UFSC.

Livros, músicas, filmes, e demais criações culturais não fazem parte desse grupo; considerados parte direito autoral, são protegidos através do chamado *copyright*. Já as invenções estão sujeitas à lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, também chamada Lei da Propriedade Industrial, aplicada através de patentes sobre invenções, marcas, desenhos industriais, e outros. A regulamentação prevê o direito de posse da titularidade dos inventos pelos seus autores, mas reconhece contratos de trabalho nos quais esses direitos são de exclusividade das instituições onde foram desenvolvidos, sem obrigação de contrapartida ao inventor. Na prática, isso significa o direito de uso comercial pela universidade ou fundação em questão.

O tema é centro de uma extensa discussão sobre o destino dos dividendos das inovações tecnológicas em instituições públicas. "Houve um avanço em relação à questão da propriedade intelectual, mas ainda não existe uma política pública de tecnologia com regras claras entre as universidades e fundações", afirma Marcelo Dias Varella, professor do Centro Universitário de Brasília. O resultado desse lapso normativo faz com que diferentes instituições de ensino superior e fundações de fomento à pesquisa adotem critérios divergentes para a divisão dos futuros lucros e para conferir o direito de exploração comercial das patentes, chamado titularidade.

Varella ilustrou seu ponto com uma pesquisa sobre as práticas adotadas por algumas universidades. A UFSC prevê a divisão dos lucros entre o seu Departamento de Propriedade Intelectual, entre o departamento diretamente envolvido com o projeto, e entre o professor responsável ou líder do grupo



de pesquisa. Já a Universidade de São Paulo, USP, repassa metade dos dividendos ao pesquisador, repartindo a outra metade com algum eventual órgão de fomento. A Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, não detalha o tamanho da parcela do criador. Todas as instituições citadas, inclusive as de incentivo, pleiteiam a manutenção da titularidade das criações. "Se os órgãos de fomento querem manter os direitos de exploração dos inventos, deveriam mudar o nome para órgãos de investimento, pois fomento implica renúncia", provocou o professor.

As diferenças dessas políticas entre as organizações podem gerar casos, geralmente em parcerias, nos quais três ou mais grupos são, segundo seus estatutos, os detentores exclusivos da titularidade, imbróglio sem resposta pronta por parte do direito. O advogado Ricardo Amaral Remer defendeu a adoção da propriedade industrial conjunta entre instituição e criador, com a possibilidade de cessão futura ao inventor, "acho interessante pelo seu caráter motivacional". A grande burocracia e o custo envolvidos na obtenção de patentes seriam um dos principais entraves ao aumento de registros de invenções pelas universidades brasileiras. A perspectiva de posse total dos direitos de exploração dos inventos poderia reverter esse quadro.

O professor da UERJ é radicalmente contra a solução, "a titularidade é de quem paga, remuneração só para o professor significa o fim da pesquisa no Brasil". Segundo ele, o regime de mercado não nasceu para a propriedade coletiva e os cientistas de universidades públicas devem produzir para a indústria do país, mesmo sem remuneração extra para tal. "Todos os inventos são apropriáveis em função do interesse nacional, a constituição já prevê isso", completa. O pesquisador só pode preservar os direitos de exploração comercial de seus inventos se forem criados sem o uso de recursos da instituição e se não houver previsão de desenvolvimento de pesquisa em seu contrato.

Roberto Saraiva

João Werner Grandó

Revelações de um linchamento

Bob Fernandes denuncia farsa midiática das CPIs e tentativa de derrubar governo Lula

Depois de participar da mesa-redonda *O poder da Imprensa* na 58ª Reunião da SBPC, Bob Fernandes deixou o auditório da UFSC com tanta pressa que a reportagem do *Zero* só conseguiu contatá-lo dois dias depois, por telefone. De São Paulo, respondeu tranqüila e pausadamente a cada pergunta, mas deixou transparecer um certo cansaço. Cansaço natural para quem há quase três décadas denuncia as falcatruas da política brasileira em alguns dos principais veículos do país.

Formado pela Faculdade de Comunicação da UFBA, Fernandes passou pelas redações do *Jornal do Brasil*, *Folha de*

Zero- Você disse, durante a mesa redonda, que quando foi para a Venezuela cobrir aquele golpe "midiático-militar" tinha a impressão de que o Brasil viveria uma situação parecida. Por quê?

Bob Fernandes- Porque não só no Brasil, como em vários cantos do mundo, você tem uma nova etapa da mídia eletrônica. As televisões têm uma presença que não tinham há dez ou 20 anos, os meios tecnológicos e técnicos também são outros. Quer dizer, você teve uma revolução tecnológica e o setor continua sendo gerido pelo código de telecomunicações de 1962. O Brasil, assim como outros países, não tem um arcabouço legal democratizante, não tem controle de acesso aos meios de comunicação. É a "casa-da-mãe-Joana", todo mundo pode ter tudo. E,

investigadores e acusadores dessas CPIs não resiste a cinco minutos de investigação. É gente que tem prontuário, não tem currículo. Como é possível você investigar apenas quem está eventualmente ali no poder, sendo que quem está acusando é um larápio, que também fez campanha com caixa dois, com caixa três, com caixa quatro. Isso tem um quê de farsa.

Z- Você inclui aí também os políticos que são donos de meios de comunicação?

BF- É evidente. O difícil é você conversar num ambiente como esse, porque sempre vão dizer: 'Ah, o cara é petista, o cara é isso'. Não tem nada de petista, cara. O que tem é o seguinte: teve a bandalheira da turma do PT que chegou ao poder, só que essa bandalheira vem de muito antes e boa parte dos que estão acusando agora são os ratos, que deveriam ter sido investigados, se não antes, ao menos agora, para limpar a rataria toda junta. E não fazer de conta que inventaram a corrupção nesse governo, isso é uma piada. Então, eu tinha certeza que aconteceria como na Venezuela, o mundo corrupto acusando os atuais ocupantes do cargo. E usando isso como massa para destabilizar o governo.

Z- E que papel tiveram os meios de comunicação na cobertura dessas CPIs?

BF- Às vezes foram muito bons, às vezes agiram com muita eficácia. Mas eu acho que falharam no seguinte: ao cobrir uma CPI, onde há dez caras despontando como heróis, você não tem como não dizer quem são aquelas pessoas. Você não tem como não dizer como eles chegaram ali, quanto eles pagaram por suas campanhas, se são acusados de corrupção também ou não. Você tem o dever de informar a opinião pública de que aquelas pessoas também são acusadas disso e daquilo. Alguns deles agora são sanguessugas. Os partidos que esta-

vam na acusação, aquela presepada toda, estão atolados no roubo do dinheiro de ambulâncias.

Z- Essa falta de cobertura seria fruto de incompetência da imprensa, ou de algum interesse?

BF- Primeiro: não é nada combinado, uma conspiração, complô, não é isso. É um conjunto de atitudes, a principal delas é a falta de interesse de

quem está no comando da redação, de quem é dono do negócio. É incompetência também, é burrice, é um monte de coisa. Agora, tem gente que fez muito bem feito o trabalho. Por exemplo, a Renata Lo Prete [repórter da *FSP*]. Não importa se ela foi procurada pelo Roberto Jefferson, ou se foi atrás, o que importa é que ela publicou duas belas entrevistas. Tem vários epi-



Sem limites: "O Brasil não tem controle de acesso aos meios de comunicação. É a casa-da-mãe-Joana, onde todo mundo pode ter tudo"

São Paulo, Veja. Mestre em cavar furos, produziu mais de 150 capas de *IstoÉ* e *CartaCapital*, revista na qual foi redator-chefe até 2004. Saiu para dedicar-se a um livro-reportagem sobre o presidente venezuelano Hugo Chávez, que já está 85% finalizado. Atualmente, é editor-chefe da revista virtual *Terra Magazine*, pela qual manteve um *blog* durante a Copa do Mundo.

Ao *Zero*, entre outros assuntos, criticou a farsa das CPIs, afirmou que o jogo dos donos de imprensa era fuzilar o presidente Lula, ressaltou que os meios de comunicação são sócios na crise política e também tratou da derrota da seleção brasileira de futebol.

obviamente, você tem um candidato, o Lula, que não é o preferido de quem tem esses meios. Era evidente que haveria algum tipo de reação, independente da bandalheira maior ou menor que tenha acontecido e aconteceu no governo. Estou falando de outra coisa. Eu tinha convicção que haveria uma reação, como houve.

Z- Qual tipo de reação?

BF- A reação de quem não quer. De quem não aceita, entendeu? Então você transforma o que não é verdadeiro em verdade. É evidente que houve, há, e sempre haverá casos de corrupção. É evidente que houve aparelhamento de porções do Estado. Só que isso é uma tradição absoluta do Estado brasileiro, o que não justifica... Resumindo a ópera, boa parte dos

"Boa parte dos acusadores das CPIs não resiste a cinco minutos de investigação"

“Os meios são sócios da crise”

sócios muito legais nessa cobertura. Agora, faltou dizer as coisas com todas as palavras. Faltou dizer que para o fulano que estava comandando a CPI tal não dava nem para entregar um carro velho para ele vender na esquina. Faltou dizer como essas pessoas que estavam pontificando as CPIs chegaram lá, quanto declararam de sua eleição ao Tribunal Superior Eleitoral, quanto é que de fato gastaram.

Z- Você diria que os meios de comunicação agiram, assim como as CPIs, contra o governo?

BF- Deve-se tomar cuidado com o reducionismo. Não se trata de um Avai x Figueirense, de um Flamengo e Vasco, não é o bem e o mal. Mas é evidente que a imprensa é parte do aparelho de poder. Hora está com um, hora está com outro. E outra: o Lula não é o candidato das elites, e os donos de imprensa fazem parte da elite brasileira. O Lula não é do clube, não é da turma, independente dos erros que cometa, que tenha cometido ou não. Então, o jogo foi fuzilá-lo, isso é óbvio – e o governo dele cometeu erros para tanto. Agora, o que eu estou dizendo é que essa deveria ser uma investigação não apenas vertical, como foi, em cima do PT, do Lula, mas horizontal também. Deveriam ter aproveitado a chance para sanear o Congresso, ou pelo menos este Congresso que está aí. Porque o problema não está nas pessoas, o problema está na estrutura, no modelo político, que é falido. Quem quer que se eleja, se não mudar o modelo político, vai virar refém de novo do Congresso, porque não tem maioria. De novo vai ter que negociar, seja com “mensalão”, seja com “mensalinho”, com “quinzenão”, com “quinzeninho”, com compra de votos para reeleição como foi no governo passado, vai ter que fazer o mesmo jogo: cargo, dinheiro, igual.

Z- E que parcela os meios de comunicação têm nessa crise toda?

BF- Os meios de comunicação são sócios, cara. Tem gente boa em todo lugar, tem repórter bom em todo lugar, editor bom em todo lugar, mas quando eu falo dos meios, refiro-me à enorme maioria. Eu não me refiro apenas aos quatro ou cinco jornais principais, eu falo do país inteiro. A gente sabe como as mídias

funcionam regionalmente também: atreladas a interesses, dependendo de governos estaduais ou de prefeituras. É isso tudo a que estou me referindo, nunca apenas à chamada grande mídia.

Z- Que papel você acha que a internet vai ter numa possível democratização da mídia?

BF- Vai depender primeiro da capacidade que

terão seus operadores de não serem manietados como na China, onde já existem tipos de restrição. Quer dizer, se o Estado não conseguir controlar de uma forma ou de outra, se os anunciantes entenderem que isso já é uma mídia absolutamente do futuro e resolverem bancar. Se nós não nos tornarmos todos de novo prisioneiros de grandes conglomerados e tendo que seguir só o que o conglomerado quer. Aí, vai depender do jogo como andar. De qualquer forma, é um grande caminho para você ir furando esses bloqueios, mas ainda não tem a repercussão que têm, por exemplo, os meios escritos, ou a televisão.

Z- Pelos primeiros passos, você está vendo com bons olhos ou com maus olhos o andamento desse jogo?

BF- Eu vejo com bons olhos os primeiros passos. Agora, eu sou cético em relação às coisas, porque há que ser cético. Precisa ver se os caras

posse das terras, a posse da grana, a posse dos negócios, a posse dos meios de comunicação. Isso não é retórica, basta ver. Quanto por cento das terras agricultáveis estão na mão de alguns tantos? Quanto por cento da renda está na mão de tantos? Quantos meios de comunicação pertencem a quantos?

Z- Em relação à Copa do Mundo, como você avalia a cobertura da imprensa brasileira? Que parcela de culpa a imprensa teve para a derrota da equipe em campo?

BF- O Brasil é a única seleção do mundo que tem 500, 600 jornalistas, fora os estrangeiros, seguindo os jogadores o tempo todo. Não há concentração possível com todo esse *big brother*. Se os caras ainda fossem muito bem formados, estudados... Mas é uma molecada, a maioria vinda de famílias muito pobres. Vá se colocar no lugar de um ex-coitado desses. O cara, no dia de folga dele, ia à boate e no dia seguinte



Sanguessugas: “Os partidos que estavam na acusação, aquela presepada toda, hoje estão atolados no roubo do dinheiro de ambulâncias”

vão deixar esse jogo andar, ou se vão tentar controlar.

Z- Que caras?

BF- Quando eu digo os caras, eu digo o Estado, e quando digo o Estado, eu digo o *establishment*, não digo o governo atual, o governo futuro, ou o governo passado. Eu digo quem sempre mandou nisso aqui,

velho. Você não produz a décima primeira economia do mundo e a segunda pior distribuição de renda do planeta Terra de graça. Você tem uma cultura que produz isso, tem um arcabouço legal, jurídico e político que produz isso. As coisas não nascem do acaso, isso nasce da vontade da sociedade. No caso, de uma parcela muito pequena da sociedade que controla a

sua foto estava em todos os jornais, e olha que ele estava no dia de folga. Estava na boate da mesma forma que o jornalista que tirou as fotos. A mídia é invasiva não só no futebol, é em relação a tudo, mas a verdade é que os jogadores participaram de um jogo que aceitaram jogar. Foram vítimas de um processo do qual eles mesmos se beneficiam, conseguindo contratos milionários graças a toda essa exposição. Os únicos que não fracassaram, como o Dida, o Lúcio e o Zé Roberto, não tinham tanta responsabilidade nos ombros. Copa do Mundo é uma pressão brutal, os jornalistas tremem nas arquibancadas e exigem que quem esteja dentro de campo jogue. Se não houver um líder, dentro ou fora de campo, como foi o Dunga em 1994 e o Felipão em 2002, para criar uma blindagem em torno desse *big brother*, a maionese desanda mesmo.

Entrevista por Lucas Amorim

“O Lula não é o candidato das elites, não é do clube. Então, o jogo foi fuzilá-lo”

NÚMEROS de mais, FUTEBOL de menos

Dos 95 kg do Ronaldo até os 340 milhões de euros gastos na construção do estádio de Munique, os números foram as estrelas do mundial do futebol. Na Copa mais cara da história, atletas e organizadores registraram todos os recordes, mas deixaram a redonda de lado. Números por números, os do Zero dão um banho.



460 minutos ficou invicto o goleiro italiano Buffon, o melhor do mundial. Sofreu 2 gols em 7 jogos, transformando os italianos nos campeões com a melhor defesa da história da Copa.

8 bilhões de euros movimentou a indústria cervejeira alemã. Depois de anos em queda, a produção atingiu o limite máximo de 170 milhões de hectolitros nos meses de maio e junho.



320 policiais à paisana, de 13 países europeus, viajaram à Alemanha para vigiar seus próprios torcedores. No jogo Inglaterra x Equador, 500 ingleses foram detidos.



100 dos 600 empregados

da Nici, a fabricante do mascote da Copa do Mundo, foram demitidos após o fracasso de vendas do produto. As vendas alcançaram apenas 2/3 do faturamento previsto.

12 mil euros por partida chegou a lucrar cada cambista na Alemanha. Na final, a maioria teve prejuízo. Sem os donos-da-casa, o preço do ingresso caiu de 1,5 mil para 600 euros.



10 milhões de euros

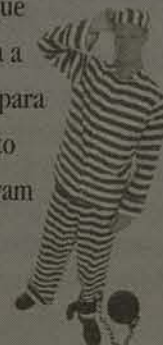
desenbolsará uma rede de lojas italiana para ressarcir seus consumidores. A empresa prometeu devolver o dinheiro dos televisores comprados se a Itália fosse campeã.



1,5 milhões de euros por ano ofereceu a Federação Portuguesa de Futebol ao técnico Luiz Felipe Scolari para que ele treine a seleção nacional até a Eurocopa de 2008.

28 jogadores receberam cartão vermelho, superando o recorde de 22 expulsões de 1998. O último a ir para o chuveiro mais cedo foi o melhor da Copa, Zinedine Zidane.

2016 seria o ano em que italiano Roberto Loi deixaria a prisão. Antecipou sua saída para o dia 9 de julho, no momento em que os carcereiros vigiavam a final da Copa pela TV.



150 partidas

completou o lateral Cafu pela seleção brasileira, um recorde histórico. Ele ainda pensa em disputar a Copa de 2010, quando terá 40 anos.



Parreira: amizades e trampolim

Auxiliar de preparador físico em 70 virou técnico do Brasil graças a Zagallo e Ricardão

O carioca Carlos Alberto Parreira é um cigano do futebol. Em 40 anos de anos de estrada, treinou 16 times e seleções dos quatro cantos do mundo. Além do Brasil, trabalhou em países da África, da Ásia, da Europa e da América do Norte. No ápice de sua carreira, falhou na tentativa de levar a Seleção Brasileira ao hexacampeonato e de recheiar seu curioso currículo com um terceiro título de Copa do Mundo.

Depois de se desligar da Seleção, no dia 19 de julho, Parreira deve voltar a sua casa na Barra da Tijuca, visitar nos fins de semana sua mansão em Angra dos Reis, passear de barco, cozinhar *pae-llas*, se dedicar à pintura, à fotografia e a sua coleção de tapetes persas. Tudo isso enquanto decide se aceita o convite da Federação Sul-Africana de Futebol para assumir a equipe do país sede da Copa do Mundo de 2010. Se o convite for aceito, o treinador voltará ao continente onde iniciou sua carreira como técnico em 1967, dirigindo a seleção de Gana.

O futebol entrou na vida profissional de Parreira logo após se formar em Educação Física e como técnico de futebol pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. Prestou concurso do Itamaraty, em 1967, para se tornar técnico da seleção principal de Gana, como parte de um programa de intercâmbio esportivo entre os dois países. Antes disso, só havia trabalhado como preparador físico do São Cristóvão e como funcionário público da Secretaria da Fazenda.

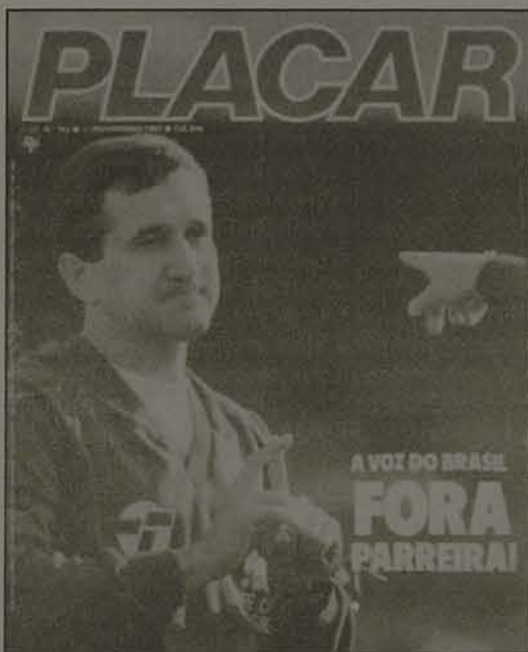
Em Gana, Parreira contraiu malária, enfrentou o problema dos "gatos" (jogadores que falsificam a idade para atuar em categorias de base ou mesmo atletas que não sabem quando nasceram por não terem documentos) e recebeu ofertas para fazer sexo com mulheres e irmãs de seus amigos. Esse costume local era uma grande gentileza para o hóspede. Quando assumiu o comando da seleção, o país era bicampeão da Copa Africana de Nações, que havia ganhado em 1963 e 1965. O treinador tentou levar o time ao tricampeonato em 1968, mas perdeu na final por 1 a 0 para a atual República Democrática do Congo.

Após um ano em Gana, com dificuldade de se adaptar aos costumes locais e à desorganização do esporte, Parreira foi à Alemanha fazer um estágio em futebol. Durante o jogo de um time alemão contra o Brasil, encontrou o preparador físico Admildo Chirol, que havia sido seu professor na faculdade. Mais tarde, Chirol o convidaria para ser seu auxiliar na seleção de 1970.

Chirol ajudou o ex-aluno assim que voltou da Alemanha, quando Parreira era um simples preparador físico do Vasco da Gama. Na época, Chirol fazia parte da comissão técnica do Botafogo, clube então dirigido pelo técnico iniciante Zagallo. O professor contou ao técnico que um de seus ex-alunos retornara da Europa com slides que mostravam como alguns times daquele continente estavam jogando. Zagallo quis ver os slides, conheceu fotógrafo-preparador físico e tornou-se grande amigo dele. No México, Parreira conquistou seu primeiro título importante, o tricampeonato mundial. Ao lado do amigo Zagallo, atuou também na Copa da Alemanha, em 1974.

Quatro anos antes, além da Seleção Brasileira, trabalhou como preparador no Fluminense, time para o qual sempre torceu, e conquistou a Taça de Prata. Continuou no time e foi tricampeão carioca em 1971, 1973 e 1975 – ano em que estreou como técnico em um clube brasileiro. Também comandou o Flu em 1984 (quando foi campeão brasileiro pela primeira vez), em 1999, quando venceu a terceira divisão do Campeonato Brasileiro, em 2000.

Em 1976, Zagallo foi convidado para treinar a seleção do Kuwait, na época um eldorado para técnicos brasileiros, e levou Parreira junto. Nesse ano, como preparador físico do



Placar manda Parreira pra casa em novembro de 1983

Kuwait, ele participou de sua segunda Olimpíada, já havia participado com o Brasil em 72. Zagallo permaneceu apenas dois anos no time asiático. Deixou o time nas mãos de Parreira, que foi a sua primeira Copa do Mundo como técnico de uma seleção em 1982, na Espanha. Ficou em 21º lugar no Mundial, disputado por 24 países.

Um ano após o Mundial, graças aos expressivos resultados conquistados no exterior, foi indicado pela primeira vez a técnico da seleção brasileira. Conquistou apenas o vice-campeonato da Copa América. Segundo reportagem de André Fontenelle publicada no Guia da Copa da revista *Veja*, de junho de 2006, a atuação de Parreira foi "mediocre", pois ele havia passado muitos anos fora, estava "desinformado

sobre o futebol brasileiro". A passagem do treinador na seleção durou um ano. Em entrevista para a revista disse: "Embora não se deva recusar a seleção, se eu pudesse ter feito alguma coisa diferente na vida seria não ter aceitado".

Depois da seleção brasileira, Parreira voltou ao exterior, novamente com Zagallo. Era 1985 e dessa vez eles compartilharam a direção técnica da seleção de Emirados Árabes Unidos e levaram o país, pela primeira vez, a uma Copa do Mundo. Em 1990, na Itália, o time dos brasileiros perdeu todos os jogos. Também comandou a seleção da Arábia Saudita, conquistando a Copa da Ásia de 1988 e disputando a Copa de 1998. Na França, foi o primeiro técnico a ser demitido durante uma Copa do Mundo. Caiu após sua equipe perder por 1 a 0 para Dinamarca e por 4 a 0 para França. Parreira foi acusado de, no intervalo do jogo contra a França, mandar o time segurar a derrota em 1 a 0.

Quatro anos antes, a história foi diferente e Parreira consagrou-se ao conquistar o tetra nos Estados Unidos. Em 1991, então vice-campeão brasileiro pelo Bragantino, foi convidado por seu grande amigo Ricardo Teixeira, já presidente da CBF, para comandar a seleção. Após virar herói nacional, sua carreira de altos e baixos seguiu normalmente. Comandou o Valencia (Espanha), o Fenerbahçe (Turquia), o São Paulo, o New York Metro Stars (Estados Unidos), o Fluminense, o Atlético-MG, o Santos e o Internacional-RS.

Voltou a triunfar com o Corinthians, em 2002, ao conquistar o torneio Rio-São Paulo, a Copa do Brasil, que deu ao "Timão" a vaga na Libertadores de 2003, e o vice-campeonato do Brasileiro. Resultado: o cumpadre Ricardo Teixeira convocou-o para assumir o scratch novamente.

Comandando a seleção pentacampeã mundial, Parreira conquistou a Copa das Confederações de 2005 e a Copa América de 2004. Classificou ainda a Seleção em primeiro lugar para o mundial da Alemanha, mas nenhum desses feitos é relevante para o Brasil. Talvez fosse para Gana, Arábia Saudita ou Emirados Árabes. A verdade é que, na Copa da Alemanha, quando finalmente teve um time de craques para comandar, após passar décadas treinando equipes defensivas e sem tradição, fracassou. Agora, segue seu caminho. Assim como fez na década de 60, parte para a África, onde parece sentir-se à vontade. Afinal, equipes pequenas não almejam grandes títulos nem belos espetáculos. Assim como Parreira.

Textos: Luciana Ribeiro

Escreveu livro que não vende e plagiou outro

Abandonar a Seleção Brasileira não foi a única consequência que Parreira sofreu por não conseguir formar uma "equipe vencedora". Sua carreira como autor parece ter sido afetada também. O livro *Formando equipes vencedoras*, lançado alguns dias antes de seu embarque para a Alemanha, virou fracasso de vendas. A obra, escrita pelo técnico em depoimento ao jornalista Ricardo Gonzalez, podia ser adquirida inicialmente a R\$ 19,90. Agora, custa R\$ 13,80 – queda de 30%.

A loja virtual Submarino faz várias promoções na tentativa de vender o livro. A primeira, com desconto de R\$ 6,10. A segunda, um pacote pelo qual se adquire *Formando equipes vencedoras* junto com *O monge e o executivo* ou *Jesus, o maior psicólogo que já existiu*, por R\$ 26,70. O livro perdeu tanta credibilidade depois da derrota que figura entre as mercadorias do site Leilões Bizarros, ao lado de pilhas usadas e pênis de plástico.

Formando Equipes Vencedoras não é a primeira obra-prima de Parreira. Em junho do ano passado, ele lançou *Evolução tática e estratégias de jogo*, concebido para ser o principal material didático do curso de treinadores da Escola Brasileira de Futebol, parceria entre CBF e Fifa. Assim que foi lançada, a obra foi acusado de plágio. Dez das 68 páginas contêm tradução integral de parágrafos e capítulos quase inteiros de *Soccer Tactics and Teamwork*. Até mesmo a organização dos capítulos é parecida à dessa obra, citada apenas como "bibliografia recomendada" na última página.

Escrito há 32 anos por Charles Hughes, ex-funcionário do segundo escalão da federação inglesa de futebol, *Soccer Tactics and Teamwork* descrevia táticas de jogo que mais tarde foram usadas pela Holanda na Copa de 74 – seleção que ficou famosa pela movimentação de seus atletas pelos quatro cantos do gramado. O autor também ocupa a maioria das páginas com esquemas táticos de defesa, mesma obsessão de Parreira. Parreira argumenta que seu livro era para ser uma apostila e que a culpa seria da CBF por tê-lo lançado. Também afirma que traduziu os artigos apenas para dar um curso na Universidade Estácio de Sá. "A Escola Brasileira de Futebol (EBF) perguntou se eu tinha um material e entreguei. De repente, fiquei surpreso porque eles juntaram aquilo tudo num folheto. Aquilo não é livro meu. Não tenho livro", disse na época a um repórter da Folha de São Paulo. A lei brasileira de direitos autorais prevê detenção de até dois anos e multa para quem plagiar obras.





Vernon Wike verifica ferimentos do colega na guerra do Vietnã



Esquece os ruídos do combate para tentar ouvir os batimentos



Expressão de angústia: percebe que o companheiro está morto

Com a câmera sob fogo cruzado

Desde os 21, francesa retratou horror das guerras em imagens que se tornaram clássicas



Leroy foi presa por vietnamitas após a batalha da Colina 881



Evacuação de vietcong ferido para transporte por helicóptero



Catherine Leroy parecia uma frágil *petite* parisiense de 21 anos em 1966 quando comprou uma passagem só de ida para Saigon e, com sua Leica para fotografar a guerra no Vietnã. Menos de um ano depois, já era uma das mais publicadas fotojornalistas do conflito.

As imagens foram a representação do aforismo de Robert Capa: "Se as suas fotos não forem boas o bastante, você não está perto o bastante". E lá esteve ela compartilhando a ação com o exército americano, clicando a alguns metros de distância do fogo cruzado. Depois de ter participado de conflitos na Somália, Afeganistão, Iraque e Líbia, Leroy faleceu em Los Angeles, dia 8 de julho, aos 61 anos, em consequência de um câncer de pulmão.

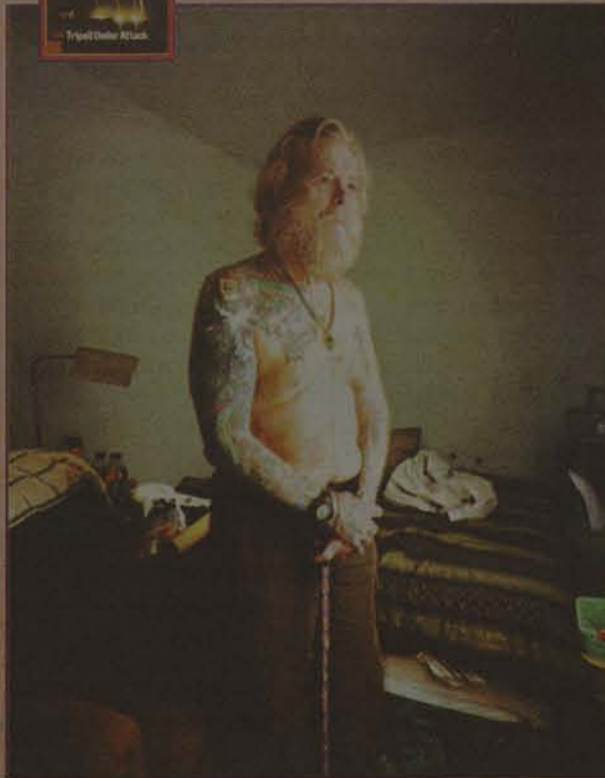
Com o desejo de registrar o horror da guerra e mostrá-lo para o público americano, em 30 de abril de 1967, bateu a foto mais emblemática do período: em meio a uma paisagem destruída, o jovem militar americano Vernon Wike aparece ao lado do cadáver de seu amigo que acabara de morrer. No ano seguinte, procurou o escritório da Associated Press em Paris, para tentar vender suas imagens para o legendário editor de fotografia Horst Fass. Ele escutou sua história, abriu uma gaveta, pegou três rolos de filme preto e branco e disse a ela: "Se você trazer algo que eu possa usar, eu te pago 15 dólares por foto", provocou. Ela fez muito mais dinheiro que isso. Suas fotografias acabaram se tornando imagens clássicas da guerra, ocuparam a capa das revistas americanas *Life* e *Time*, e lhe renderam diversos prêmios.

Leroy foi a primeira mulher a receber a prestigiosa medalha de ouro Robert Capa, por sua cobertura da guerra civil no Líbano em 1976. Entre outros, destaca-se o prêmio George Polk, que recebeu por melhor reportagem no exterior. Em 1997, recebeu um prêmio de honra e distinção no jornalismo da Universidade de Missouri, nos Estados Unidos. Leroy trabalhou para agências fotográficas como Gamma e Sipa, e mais tarde vendeu seu trabalho para a Associated Press (AP) e United Press International (UPI).

Nascida na França, ela viveu seus últimos anos em Los Angeles onde trabalhou na área de moda e coordenava a Pisce Unique Gallery, especializada em fotografias da Guerra do Vietnã. Também escreveu um livro sobre os grandes fotógrafos de guerra, publicado pela Random House. Junto com o jornalista britânico Tony Clifton, Leroy escreveu o livro *God cried* sobre a cidade de Beirute, em 1982.



Fogos na ofensiva do Tet, Vietnã, em 1968



Wike, 40 anos depois: destruído pelas lembranças e doença

Máira Flores

